

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	8
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	17
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	21
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	24
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	29
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	44
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	105

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	112

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	212.841.732
Preferenciais	186.202.385
Total	399.044.117
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.021.459
Preferenciais	928.599
Total	1.950.058

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00092
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00084
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00360
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00396
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Dividendo	29/08/2013	Ordinária		0,00072
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2013	Preferencial		0,00079
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Ordinária		0,00060
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Ordinária		0,00108
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2013	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2013	Dividendo	29/08/2013	Ordinária		0,00156
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2013	Dividendo	29/08/2013	Preferencial		0,00172
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00108
Reunião do Conselho de Administração	26/09/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2012	Dividendo	26/02/2013	Preferencial		0,00066
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00069
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00075
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Ordinária		0,00172

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Dividendo	26/02/2014	Preferencial		0,00189

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	514.175.012	474.933.998	465.917.967
1.01	Ativo Circulante	273.933.942	250.715.643	245.996.451
1.01.01	Disponibilidades	5.290.047	4.653.214	4.458.365
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.498.311	51.106.876	47.442.765
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	32.456.665	21.353.662	18.966.086
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.557.117	20.458.741	25.524.342
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.484.529	9.294.473	2.952.337
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	33.244.090	37.326.162	36.552.965
1.01.03.01	Carteira Própria	11.713.343	14.145.665	12.631.582
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	18.103.822	18.957.131	20.968.002
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.988.686	1.041.124	1.681.081
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	992.127	1.118.510	361.714
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	446.112	2.063.732	910.586
1.01.04	Relações Interfinanceiras	35.434.037	34.121.412	44.814.618
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.783	1.979	2.445
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	35.387.166	34.082.514	44.784.542
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	467	1.159	304
1.01.04.05	Correspondentes	43.621	35.760	27.327
1.01.05	Relações Interdependências	809	1.509	856
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	809	1.509	856
1.01.06	Operações de Crédito	52.721.727	54.349.968	56.501.363
1.01.06.01	Setor Público	39.581	65.928	50.992
1.01.06.02	Setor Privado	55.457.523	56.697.207	57.901.637
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	8.337	0	0
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-2.783.714	-2.413.167	-1.451.266
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	4.594	46.338	100.055
1.01.07.01	Setor Privado	4.958	49.904	106.344
1.01.07.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-364	-3.566	-6.289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.01.08	Outros Créditos	81.129.325	68.581.922	55.725.216
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.640	2.541	0
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	46.418.065	38.349.206	34.851.804
1.01.08.03	Rendas a Receber	634.509	568.937	428.318
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.521.451	904.278	694.563
1.01.08.05	Créditos Tributários	4.711.337	6.020.627	5.980.796
1.01.08.06	Diversos	27.953.828	22.820.862	13.865.062
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-111.505	-84.529	-95.327
1.01.09	Outros Valores e Bens	611.002	528.242	400.248
1.01.09.01	Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	0	112.322	103.104
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	320.575	190.278	97.592
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-50.354	-146.956	-87.435
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	340.781	372.598	286.987
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	207.334.430	184.269.646	179.947.188
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.422.310	14.431.441	14.219.658
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.422.310	14.431.441	13.848.311
1.02.01.02	Aplicações em Moedas Estrangeiras	0	0	371.547
1.02.01.03	(Provisões para Perdas)	0	0	-200
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	77.826.344	64.249.415	68.593.921
1.02.02.01	Carteira Própria	8.035.591	8.704.872	11.569.804
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	54.523.663	43.407.334	43.790.339
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.209.031	3.691.872	2.567.924
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	3.611.000	368.673	1.859.544
1.02.02.05	Moedas de Privatização	2.646	2.762	2.145
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	6.444.413	8.073.902	8.804.165
1.02.03	Relações Interfinanceiras	167.663	167.663	198.439
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.663	167.663	198.439
1.02.05	Operações de Crédito	94.681.723	86.013.060	79.499.007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.05.01	Setor Público	77.568	80.028	129.644
1.02.05.02	Setor Privado	105.233.596	96.449.751	88.127.428
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	16.290	0	0
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-10.645.731	-10.516.719	-8.758.065
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	223	6.226	59.880
1.02.06.01	Setor Privado	1.229	9.912	67.633
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	-1.006	-3.686	-7.753
1.02.07	Outros Créditos	23.707.720	19.062.440	17.274.942
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	3.242	6.651	1.823
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	591.521	204.928	293.913
1.02.07.03	Rendas a Receber	203.346	117.101	55.466
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	3.598	0	0
1.02.07.05	Créditos Tributários	12.670.103	9.674.481	7.347.436
1.02.07.06	Diversos	10.522.830	9.337.382	9.920.398
1.02.07.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-286.920	-278.103	-344.094
1.02.08	Outros Valores e Bens	528.447	339.401	101.341
1.02.08.01	Investimentos Temporários	8.061	8.061	8.061
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.765	-1.765	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	522.151	333.105	95.045
1.03	Ativo Permanente	32.906.640	39.948.709	39.974.328
1.03.01	Investimentos	13.599.083	17.381.112	15.209.932
1.03.01.02	Participações em Controladas	13.581.435	17.364.308	15.166.376
1.03.01.02.01	No País	11.137.025	15.345.979	15.166.376
1.03.01.02.02	No Exterior	2.444.410	2.018.329	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	49.418	48.655	75.407
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-31.770	-31.851	-31.851
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.476.552	5.566.140	4.902.891
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.028.093	2.065.276	2.137.681

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	9.408.630	7.878.484	6.601.722
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-4.960.171	-4.377.620	-3.836.512
1.03.04	Intangível	12.831.005	17.001.457	19.861.505
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	26.012.090	26.868.346
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	6.899.563	6.996.274	6.111.869
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-20.080.648	-16.006.907	-13.118.710

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	514.175.012	474.933.998	465.917.967
2.01	Passivo Circulante	308.277.749	278.920.887	271.290.416
2.01.01	Depósitos	99.555.081	104.628.175	113.464.541
2.01.01.01	Depósitos à Vista	15.908.950	13.680.737	13.684.773
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	33.589.050	26.856.910	23.293.434
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	19.425.094	31.557.484	42.653.353
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	30.631.987	32.533.044	33.832.981
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	77.412.160	52.185.328	59.231.381
2.01.02.01	Carteira Própria	47.105.034	34.508.852	42.894.806
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	22.528.274	9.146.494	8.424.898
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	7.778.852	8.529.982	7.911.677
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	34.294.825	29.557.231	17.426.772
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	28.001.194	25.766.893	17.027.739
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	6.293.631	3.790.338	399.033
2.01.04	Relações Interfinanceiras	63.719	18.525	8.467
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	0	3
2.01.04.02	Correspondentes	63.719	18.525	8.464
2.01.05	Relações Interdependências	2.770.890	2.002.049	2.012.600
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.770.890	2.000.676	2.004.753
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	1.373	7.847
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	16.683.035	14.748.478	13.161.053
2.01.06.01	Empréstimos no País Outras Instituições	48.630	48.934	0
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	16.634.405	14.699.544	13.161.053
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.592.102	3.793.910	4.189.752
2.01.07.01	Tesouro Nacional	626	247	21.188
2.01.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.499.758	2.124.206	1.899.635
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	2.914	2.581	33.660
2.01.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	1.975.774	1.483.052	2.099.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.01.07.05	Outras Instituições	113.030	183.824	135.317
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	19.191	20.548	914.798
2.01.09	Outras Obrigações	73.886.746	71.966.643	60.881.052
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.068.878	1.763.114	2.138.328
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	51.239	81.082	122.575
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	42.926.601	36.246.517	32.393.881
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.707.723	1.427.504	1.509.752
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	922.926	9.093.831	7.306.192
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	659.005	564.848	694.242
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	2.370.023	3.727.745	0
2.01.09.08	Diversas	23.180.351	19.062.002	16.716.082
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	142.768.904	132.304.427	129.956.263
2.02.01	Depósitos	50.904.700	51.339.151	55.913.362
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	30.339	999.882	7.743.600
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	50.874.361	50.339.269	48.169.762
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	25.010.361	27.468.352	21.664.735
2.02.02.01	Carteira Própria	25.010.361	27.468.352	21.664.735
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	30.856.381	24.306.708	21.087.243
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	18.980.292	12.798.608	12.789.632
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	11.876.089	11.508.100	8.297.611
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.732.185	1.252.900	1.660.631
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	26.313	73.350	0
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.705.872	1.179.550	1.660.631
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.164.559	5.590.711	6.031.862
2.02.07.01	Tesouro Nacional	241	836	0
2.02.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	4.348.219	3.065.388	3.542.793
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	68.442	60.219	1.316
2.02.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	3.747.657	2.456.539	2.478.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.07.05	Outras Instituições	0	7.729	8.779
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	20.216	161.827
2.02.09	Outras Obrigações	26.100.718	22.326.389	23.436.603
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.789.610	3.347.425	2.544.524
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	507.024	152.049	399.973
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	10.553.902	3.306.392	3.010.670
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	46.907	0	28
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	6.536.121	8.191.406	10.908.344
2.02.09.06	Diversas	4.667.154	7.329.117	6.573.064
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	303.006	222.095	207.291
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	303.006	222.095	207.291
2.05	Patrimônio Líquido	62.825.353	63.486.589	64.463.997
2.05.01	Capital Social Realizado	62.828.201	62.828.201	62.828.201
2.05.01.01	De Domiciliados no País	6.251.291	6.251.291	6.251.291
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	56.576.910	56.576.910	56.576.910
2.05.02	Reservas de Capital	827.496	610.215	529.149
2.05.04	Reservas de Lucro	1.189.594	2.085.181	1.591.652
2.05.04.01	Legal	1.381.494	1.300.216	1.213.370
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-191.900	784.965	378.282
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	99.807	955.527	491.050
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-291.707	-170.562	-112.768
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.019.938	-2.037.008	-485.005
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-2.019.938	-2.037.008	-485.005

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	54.313.805	55.829.354	55.788.210
3.01.01	Operações de Crédito	33.837.944	35.018.499	33.820.355
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	2.985	17.744	36.369
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17.867.744	17.967.836	17.729.508
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	466.825	-584.316	-607.075
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-212.568	400.911	778.886
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	56.758	46.248	0
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.294.117	2.962.432	4.030.167
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-41.847.784	-39.834.816	-41.881.297
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-26.251.337	-25.321.870	-29.128.587
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-2.728.857	-1.440.627	-2.775.981
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.867.590	-13.072.319	-9.976.729
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	12.466.021	15.994.538	13.906.913
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-13.315.711	-13.211.505	-11.766.830
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	9.355.793	8.521.767	8.003.548
3.04.02	Despesas de Pessoal	-5.944.297	-5.981.757	-5.233.401
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-12.212.311	-11.779.441	-10.456.704
3.04.04	Despesas Tributárias	-2.467.983	-2.604.366	-2.376.266
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.560.362	1.707.267	1.351.777
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.574.589	-4.645.998	-5.435.378
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	967.314	1.571.023	2.379.594
3.05	Resultado Operacional	-849.690	2.783.033	2.140.083
3.06	Resultado Não Operacional	1.133.623	201.489	852.731
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	283.933	2.984.522	2.992.814
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-142.450	-166.412	11.950
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-7.881	-95.878	-135
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-134.569	-70.534	12.085
3.09	IR Diferido	2.372.994	1.311.191	1.725.612

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-888.919	-907.977	-1.168.350
3.10.01	Participações	-888.919	-907.977	-1.168.350
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	1.625.558	3.221.324	3.562.026
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,09	8,09	0,00895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.625.558	3.187.378	3.570.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-432.201	-1.058.419	-270.719
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-2.981.540	845.116	534.254
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	235.636	-468.044	276.752
4.02.03	Imposto de Renda	495.972	554.392	133.038
4.02.04	Plano de Benefícios	1.817.731	-1.989.883	-1.214.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.193.357	2.128.959	3.300.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.177.864	3.412.394	-15.317.845
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.754.773	21.930.845	17.419.539
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.625.558	3.221.324	3.562.026
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.867.590	13.072.319	9.976.729
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	2.756.254	3.672.128	4.231.317
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.539.619	-1.253.926	-1.650.547
6.01.01.05	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-967.314	-1.571.023	-2.379.594
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	5.327.864	5.308.091	4.423.590
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	-96.737	59.507	-11.538
6.01.01.08	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-122.705	-354.772	-5.435
6.01.01.09	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	349.030	-592	4.744
6.01.01.10	Resultado de Investimentos	-47.303	-13.744	-711.015
6.01.01.11	Outros	-397.845	-208.467	-20.738
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.576.909	-18.518.451	-32.737.384
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Inferfinanceiras de Liquidez	7.482.318	4.328.016	-19.983.245
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.499.200	2.777.465	-8.263.623
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-19.927.971	-17.652.428	-28.509.981
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-1.304.652	10.702.028	-5.817.551
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-14.673.684	-11.261.173	-20.019.710
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-157.229	-323.671	-20.969
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	806.762	20.808	-372.702
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	-5.507.545	-13.410.577	16.858.553
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	22.768.841	-1.242.436	12.781.268
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.764.309	-693.160	-322.320
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	11.169.892	9.161.643	21.652.123
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	80.911	14.804	29.141
6.01.02.13	Imposto Pago	-579.661	-939.770	-748.368
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.790.900	-3.045.187	4.944.043

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.01	Aquisição de Investimento	-336.460	-2.531.899	-19.768
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.641.247	-1.405.117	-1.075.419
6.02.03	Aplicações no Intangível	-834.727	-1.777.561	-1.307.042
6.02.04	Caixa Liq Recebido na Alienação/ Redução de Investimento	4.315.971	245.522	3.312.893
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	31.490	21.723	44.720
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	182.113	423.949	27.811
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	73.760	1.978.196	3.960.848
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.532.691	8.031.552	10.777.485
6.03.01	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-121.145	-57.794	-112.768
6.03.03	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	45.417.762	36.014.099	29.420.502
6.03.04	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-40.713.019	-25.430.502	-14.604.118
6.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.050.907	-2.494.251	-3.926.131
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.501.455	8.398.759	403.683
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.301.855	9.903.096	9.499.413
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.803.310	18.301.855	9.903.096

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	610.215	0	2.085.181	0	-2.037.008	63.486.589
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	610.215	0	2.085.181	0	-2.037.008	63.486.589
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.625.558	0	1.625.558
5.05	Destinações	0	0	0	181.085	-1.625.558	0	-1.444.473
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.144.473	0	-1.144.473
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-300.000	0	-300.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	181.085	-181.085	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	81.278	-81.278	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	99.807	-99.807	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	175.292	0	0	0	17.070	192.362
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.174.989	-1.174.989
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova CPC 33)	0	175.292	0	0	0	1.192.059	1.367.351
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-121.145	0	0	-121.145
5.12	Outros	0	41.989	0	-955.527	0	0	-913.538
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-716	0	0	0	0	-716
5.12.02	Reserva para Pagamentos Baseados em Ações	0	42.705	0	0	0	0	42.705
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-955.527	0	0	-955.527
5.13	Saldo Final	62.828.201	827.496	0	1.189.594	0	-2.019.938	62.825.353

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.149	0	1.519.129	0	737.221	65.613.700
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.187.378	0	3.187.378
5.05	Destinações	0	0	0	1.008.428	-3.187.378	0	-2.178.950
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-348.950	-810.000	0	-1.158.950
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.020.000	0	-1.020.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.357.378	-1.357.378	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	159.369	-159.369	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	1.198.009	-1.198.009	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-249.906	-249.906
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-57.794	0	0	-57.794
5.12	Outros	0	81.066	0	-491.050	0	0	-409.984
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-41	0	0	0	0	-41
5.12.02	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	0	81.107	0	0	0	0	81.107
5.12.03	Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	-491.050	0	0	-491.050
5.13	Saldo Final	62.828.201	610.215	0	1.978.713	0	487.315	65.904.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	62.828.201	529.136	0	1.236.150	0	283.498	64.876.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	72.523	0	-1.222.226	-1.149.703
5.03	Saldo Ajustado	62.828.201	529.136	0	1.308.673	0	-938.728	63.727.282
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.562.026	0	3.562.026
5.05	Destinações	0	0	0	669.587	-3.570.747	0	-2.901.160
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.351.160	0	-1.351.160
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.550.000	0	-1.550.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	669.587	-669.587	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	178.537	-178.537	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	491.050	-491.050	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	8.721	453.723	462.444
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	453.723	453.723
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão CPC 33)	0	0	0	0	8.721	0	8.721
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-112.768	0	0	-112.768
5.12	Outros	0	13	0	-273.840	0	0	-273.827
5.12.01	Dividendos c/ base na Res. p/ Equaliz de Dividendos	0	0	0	-273.840	0	0	-273.840
5.12.02	Resultado Ações em Tesouraria	0	13	0	0	0	0	13
5.13	Saldo Final	62.828.201	529.149	0	1.591.652	0	-485.005	64.463.997

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	51.643.428	49.852.159	50.603.438
7.01.01	Intermediação Financeira	54.313.805	55.829.354	55.788.210
7.01.02	Prestação de Serviços	9.355.793	8.521.767	8.003.548
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-12.867.590	-13.072.319	-9.976.729
7.01.04	Outras	841.420	-1.426.643	-3.211.591
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-28.980.194	-26.762.497	-31.904.568
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.511.754	-5.856.197	-5.498.758
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-260.361	-278.361	-281.556
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.115.250	-1.924.444	-1.773.851
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-349.030	592	-4.744
7.03.04	Outros	-3.787.113	-3.653.984	-3.438.607
7.04	Valor Adicionado Bruto	16.151.480	17.233.465	13.200.112
7.05	Retenções	-5.327.864	-5.308.091	-4.423.590
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.327.864	-5.308.091	-4.423.590
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.823.616	11.925.374	8.776.522
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	967.314	1.571.023	2.379.594
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	967.314	1.571.023	2.379.594
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.790.930	13.496.397	11.156.116
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	11.790.930	13.496.397	11.156.116
7.09.01	Pessoal	5.991.148	6.046.921	5.629.066
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.416.769	3.474.559	2.985.762
7.09.01.02	Benefícios	1.099.334	1.026.482	895.788
7.09.01.03	F.G.T.S.	265.464	311.637	303.872
7.09.01.04	Outros	1.209.581	1.234.243	1.443.644
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.452.501	3.613.591	1.417.203
7.09.02.01	Federais	3.053.804	3.243.407	1.038.568
7.09.02.02	Estaduais	620	824	727
7.09.02.03	Municipais	398.077	369.360	377.908

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	721.723	614.561	539.100
7.09.03.01	Aluguéis	721.723	614.561	539.100
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.625.558	3.221.324	3.570.747
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	300.000	1.020.000	1.550.000
7.09.04.02	Dividendos	1.144.473	1.158.950	1.351.160
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	181.085	1.042.374	669.587

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	0	421.084.963	399.886.082
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	55.535.240	65.938.003
1.01.01	Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	0	55.535.240	65.938.003
1.02	Aplicações Financeiras	0	77.015.206	75.175.065
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	77.015.206	75.175.065
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	31.638.268	29.901.495
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	44.148.620	44.608.201
1.02.01.03	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	1.228.318	665.369
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	226.957.041	202.757.191
1.03.01	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	0	29.913.132	19.628.861
1.03.02	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	196.774.297	183.066.268
1.03.03	Instrumentos de dívida	0	269.612	62.062
1.04	Tributos Diferidos	0	19.881.425	16.250.373
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	16.343.187	14.173.149
1.04.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	0	3.538.238	2.077.224
1.05	Outros Ativos	0	3.265.407	2.899.839
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	165.710	132.388
1.05.03	Outros	0	3.099.697	2.767.451
1.05.03.01	Derivativos Utilizados como Hedge	0	156.164	80.708
1.05.03.02	Outros Ativos	0	2.943.533	2.686.743
1.06	Investimentos	0	472.093	422.225
1.06.01	Participações em Coligadas	0	472.093	422.225
1.07	Imobilizado	0	5.938.228	5.008.306
1.07.01	Imobilizado de Uso	0	5.938.228	5.008.306
1.08	Intangível	0	32.020.323	31.435.080
1.08.01	Intangíveis	0	4.802.758	4.217.515
1.08.01.01	Outros Ativos Intangíveis	0	4.802.758	4.217.515
1.08.02	Goodwill	0	27.217.565	27.217.565

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	0	421.084.963	399.886.082
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	0	5.351.736	5.047.288
2.01.01	Derivativos	0	5.111.553	4.709.660
2.01.02	Posições vendidas	0	240.183	337.628
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	306.976.206	291.451.686
2.03.01	Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	0	35.073.626	51.527.021
2.03.02	Depósitos de clientes	0	188.594.930	174.473.891
2.03.03	Obrigações por títulos e valores mobiliários	0	54.012.018	38.590.423
2.03.04	Dívidas subordinadas	0	11.919.151	10.908.344
2.03.05	Outros passivos financeiros	0	17.376.481	15.952.007
2.04	Provisões	0	8.822.081	9.515.295
2.04.01	Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	0	1.307.815	1.246.040
2.04.02	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	0	7.514.266	8.269.255
2.05	Passivos Fiscais	0	13.784.464	11.875.899
2.05.01	Correntes	0	10.219.083	8.127.795
2.05.02	Diferidos	0	3.565.381	3.748.104
2.06	Outros Passivos	0	4.584.365	3.963.922
2.06.01	Derivativos utilizados como hedge	0	281.545	36.071
2.06.03	Outras obrigações	0	4.302.820	3.927.851
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	81.566.111	78.031.992
2.08.01	Capital Social Realizado	0	79.814.735	77.044.886
2.08.01.01	Capital social	0	62.634.585	62.634.585
2.08.01.02	Reservas	0	14.572.052	9.950.144
2.08.01.03	Ações em Tesouraria	0	-170.562	-112.768
2.08.01.04	Lucro do exercício atribuível à controladora	0	5.448.660	7.747.925
2.08.01.05	Menos: dividendos e remuneração	0	-2.670.000	-3.175.000
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	1.502.116	968.146
2.08.06.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	1.768.639	960.199

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.08.06.02	Hedges de fluxo de caixa	0	-448.569	7.947
2.08.06.03	Ajuste de conversão de investimento no exterior	0	182.046	0
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	249.260	18.960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	52.660.682	51.736.080
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	0	52.660.682	51.736.080
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-20.968.812	-23.834.316
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	0	-20.968.812	-23.834.316
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	31.691.870	27.901.764
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-26.181.119	-18.991.228
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	7.753.426	7.339.498
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-7.126.786	-6.643.731
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-6.076.862	-5.728.901
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	-252.624	-68.618
3.04.05.01	Receitas de instrumentos do patrimônio	0	93.736	93.727
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	0	-548.206	-113.659
3.04.05.03	Variações Cambiais Líquidas	0	378.032	-121.364
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	0	-624.991	-379.418
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	0	501.006	5.320
3.04.05.06	Res. na alien. e desp. c/ ativos não correntes mantidos p/ venda não classif. c/ op. descontinuadas	0	-52.201	446.776
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-20.551.595	-13.943.692
3.04.06.01	Depreciação e amortização	0	-1.831.100	-1.462.034
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	0	-2.206.528	-3.061.463
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	-16.475.615	-9.381.549
3.04.06.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	0	-38.352	-38.646
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	73.322	54.216
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	5.510.751	8.910.536
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-51.473	-1.154.683
3.06.01	Corrente	0	-2.822.084	-2.732.999
3.06.02	Diferido	0	2.770.611	1.578.316
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	5.459.278	7.755.853
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	5.459.278	7.755.853

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	5.448.660	7.747.925
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	10.618	7.928
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,01308	0,01855
3.99.01.02	PN	0	0,01439	0,02041
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0,01307	0,01855
3.99.02.02	PN	0	0,01438	0,02041

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	5.459.278	7.755.853
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	533.970	184.391
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	1.321.006	102.092
4.02.02	Hedges de fluxo de caixa	0	-468.043	276.752
4.02.03	Imposto de renda	0	-318.993	-194.453
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	5.993.248	7.940.244
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	5.982.630	7.932.316
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	10.618	7.928

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	4.581.806	-11.110.073
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	22.757.902	19.671.779
6.01.01.01	Lucro líquido consolidado do exercício	0	5.459.278	7.755.853
6.01.01.02	Depreciação do ativo tangível	0	724.990	570.132
6.01.01.03	Amortização do ativo intangível	0	1.106.110	891.902
6.01.01.04	Perdas com outros ativos (líquidas)	0	38.352	38.646
6.01.01.05	Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	18.682.143	12.443.012
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alien. do ativo tangível, invest. e ativos não correntes mantidos para venda	0	-448.805	-452.096
6.01.01.07	Participação no resultado de equivalência patrimonial	0	-73.322	-54.216
6.01.01.08	Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	0	-2.770.611	-1.534.607
6.01.01.09	Outros	0	39.767	13.153
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-18.176.096	-30.781.852
6.01.02.01	Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	0	11.046.168	-8.824.495
6.01.02.02	Ativos financeiros para negociação	0	-1.736.773	-5.080.130
6.01.02.03	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	0	-562.949	-4.277.011
6.01.02.04	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	1.879.461	2.696.868
6.01.02.05	Empréstimos e recebíveis	0	-30.821.128	-39.864.486
6.01.02.06	Outros ativos	0	-2.508.413	-2.024.642
6.01.02.07	Passivos financeiros para negociação	0	304.448	262.635
6.01.02.09	Passivo financeiro ao custo amortizado	0	4.411.101	24.290.139
6.01.02.10	Outros passivos	0	1.949.954	3.971.587
6.01.02.11	Impos Pagos	0	-2.137.965	-1.932.317
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-2.735.331	210.603
6.02.02	Investimentos no ativo tangível	0	-1.447.401	-1.074.509
6.02.03	Investimentos no ativo intangível	0	-1.720.836	-1.478.802
6.02.04	Alienação de subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	0	0	2.741.102

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.05	Alienação de ativo tangível	0	420.134	17.193
6.02.06	Aumento de Capital de Participações em Coligadas	0	0	-6.356
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Proprio Recebidos	0	12.772	11.975
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	8.753.798	10.569.978
6.03.02	Aquisição de ações próprias	0	-57.794	-112.755
6.03.04	Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	0	36.376.139	29.501.246
6.03.05	Dividendos pagos e juros sobre capital o próprio	0	-2.495.328	-3.926.417
6.03.07	Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	0	-25.440.219	-14.895.052
6.03.08	Emissão de ações de partic. em controlada	0	371.000	2.956
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	10.600.273	-329.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	9.017.407	9.346.899
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	19.617.680	9.017.407

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.175.000	505.000	0	-2.670.000	0	-2.670.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.747.925	-2.299.265	533.970	5.982.630	10.618	5.993.248
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.448.660	533.970	5.982.630	10.618	5.993.248
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.747.925	-7.747.925	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.747.925	-7.747.925	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-57.794	48.983	0	0	-8.811	219.682	210.871
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	49.611	0	0	49.611	0	49.611
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	-41	0	0	-41	0	-41
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-57.794	0	0	0	-57.794	0	-57.794
5.06.07	Outros	0	0	-587	0	0	-587	219.682	219.095
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-170.562	14.572.052	2.778.660	1.502.116	81.316.851	249.260	81.566.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.634.585	0	6.094.885	3.842.093	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.540.000	365.000	0	-3.175.000	0	-3.175.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.382.093	365.832	184.391	7.932.316	7.928	7.940.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.747.925	184.391	7.932.316	7.928	7.940.244
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.382.093	-7.382.093	0	0	0	0
5.05.02.06	Apropriação do lucro líquido do exercício	0	0	7.382.093	-7.382.093	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-112.768	13.166	0	0	-99.602	2.956	-96.646
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	0	13.153	0	0	13.153	0	13.153
5.06.05	Resultados de ações em tesouraria	0	0	13	0	0	13	0	13
5.06.06	Ações em tesouraria	0	-112.768	0	0	0	-112.768	0	-112.768
5.06.07	Outros	0	0	0	0	0	0	2.956	2.956
5.07	Saldos Finais	62.634.585	-112.768	9.950.144	4.572.925	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	0	41.479.341	46.563.948
7.01.01	Intermediação Financeira	0	52.660.682	51.736.080
7.01.02	Prestação de Serviços	0	7.753.426	7.339.498
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	-16.475.615	-9.381.549
7.01.04	Outras	0	-2.459.152	-3.130.081
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-20.968.812	-23.834.316
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-5.432.011	-5.167.970
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	-553.242	-546.277
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-4.431.119	-4.150.735
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-38.352	-38.646
7.03.04	Outros	0	-409.298	-432.312
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	15.078.518	17.561.662
7.05	Retenções	0	-1.831.100	-1.462.034
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1.831.100	-1.462.034
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	13.247.418	16.099.628
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	73.322	54.216
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	73.322	54.216
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	13.320.740	16.153.844
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	13.320.740	16.153.844
7.09.01	Pessoal	0	6.239.564	5.834.152
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	4.315.936	4.277.370
7.09.01.02	Benefícios	0	1.097.942	950.534
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	332.192	319.947
7.09.01.04	Outros	0	493.494	286.301
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	1.004.069	2.022.895
7.09.02.01	Federais	0	949.740	1.971.487
7.09.02.02	Estaduais	0	1.005	879
7.09.02.03	Municipais	0	53.324	50.529

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	617.829	540.944
7.09.03.01	Aluguéis	0	617.829	540.944
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	5.459.278	7.755.853
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.020.000	1.550.000
7.09.04.02	Dividendos	0	1.158.950	1.351.160
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	3.269.710	4.846.765
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	10.618	7.928

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

• Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

Desempenho
1. Resultados

O Banco Santander apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 um lucro líquido consolidado de R\$2.107 milhões, comparado com R\$2.726 milhões em 2012. Excluindo o impacto da despesa com amortização de ágio de R\$3.637 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, o lucro líquido do exercício é de R\$5.744 milhões em dezembro de 2013 e R\$6.363 milhões em dezembro de 2012.

O resultado consolidado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil, que inclui as receitas de juros, variação cambial, recuperação de créditos baixados como prejuízo e outros, apresentou queda de 3,7% em 2013 na comparação com 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$11.812 milhões e R\$13.223 milhões em 2012, na comparação interanual, a despesa caiu 11,9%. O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,6% da carteira de crédito em dezembro de 2013, comparado a 6,9% em dezembro de 2012.

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,7% do total da carteira de crédito, mostrando redução de 1,8 p.p. em doze meses e 0,8 p.p. quando comparado a setembro de 2013.

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio cresceu 2,9% em 2013 na comparação com 2012, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro caíram 0,8% e as outras despesas administrativas aumentaram 5,1% ambas na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$485.866 milhões em 31 de dezembro de 2013, que comparados a R\$448.876 milhões em dezembro de 2012, apresentam um crescimento de 8,2%.

Em dezembro de 2013, os ativos totais estão representados principalmente por: R\$227.482 milhões de carteira de crédito bruta, R\$78.146 milhões de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente composta por títulos públicos federais, R\$47.655 milhões de aplicações interfinanceiras de liquidez, e R\$35.833 milhões de relações Interfinanceiras. Em dezembro de 2012 correspondiam a R\$211.959 milhões, R\$76.832 milhões, R\$36.771 milhões e R\$34.517, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Santander possui o montante de R\$0,3 milhões em títulos classificados como “mantidos até o vencimento” e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento. Em dezembro de 2012 o montante era de R\$809 milhões, esta redução deve-se a transferência em junho de 2013 de títulos da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos disponíveis para venda.

Carteira de Crédito

Abertura Gerencial do Crédito por Segmento (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Variação Dez/13xDez/12	Set/13	Variação Dez/13xSet/13
Pessoa física ¹	75.522	71.287	5,9%	73.773	2,4%
Financiamento ao consumo	37.849	36.806	2,8%	36.747	3,0%
Pequenas e Médias empresas (PMEs)	33.711	36.487	-7,6%	34.398	-2,0%
Grandes Empresas	80.400	67.379	19,3%	77.153	4,2%
Total	227.482	211.959	7,3%	222.071	2,4%

1. Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$105.410, R\$101.072 e R\$103.009 em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 30 de setembro de 2013, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de crédito atingiu R\$227.482 milhões, apresentando um crescimento de 7,3% comparado a dezembro de 2012.

Na evolução interanual, o maior crescimento foi no segmento de Grandes Empresas com 19,3%. Destaque ao crédito imobiliário que compõe o segmento de Pessoa Física com alta de 32,9% em doze meses (ou R\$3.890 milhões) e 9,0% no trimestre.

Captações

Captação de Clientes (R\$ Milhões)	Dez/13	Dez/12	Variação Dez/13xDez/12	Set/13	Variação Dez/13xSet/13
Depósitos à vista	15.605	13.457	16,0%	14.420	8,2%
Depósitos de poupança	33.589	26.857	25,1%	31.259	7,5%
Depósitos a prazo	81.100	82.839	-2,1%	80.999	0,1%
Debêntures/LCI/LCA ¹	60.921	49.548	23,0%	54.295	12,2%
Letras Financeiras	30.854	26.493	16,5%	28.643	7,7%
Total	222.069	199.194	11,5%	209.616	5,9%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

O total de captações de recursos alcançou R\$222.069 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma evolução de 11,5%, comparado a dezembro de 2012 e um aumento de 5,9% comparado ao terceiro trimestre de 2013.

Destaque para o crescimento interanual de 25,1% de depósitos de poupança e 23,0% de debêntures/LCI/LCA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$62.819 milhões em 31 de dezembro de 2013 comparado a R\$63.452 em dezembro de 2012.

A evolução do patrimônio líquido comparada com dezembro de 2012 é decorrente, principalmente, do resultado do exercício de R\$2.107 milhões e da variação negativa dos ajustes de avaliação patrimonial no montante de R\$433 milhões e reduzido parcialmente pela proposta de dividendos e juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$2.400 milhões, aprovada pelo Conselho de Administração.

Na rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial, está contemplada a alteração decorrente da Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial), o efeito desta alteração foi um registro no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 (retrospectivo) de R\$2.417 milhões e em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1.332 milhões, a redução deve-se basicamente em virtude do aumento da taxa de desconto aplicada nos planos de benefícios e dos ativos do plano (títulos públicos de longo prazo).

Em 2013 foram adquiridas 5.268.000 Units, pagas 2.049.180 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local e vendidas 5.600 ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de 11.823.638 Units (31 de dezembro de 2012 - 8.610.418), equivalente a R\$177 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$134.371). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,36, R\$15,06 e R\$18,52. Em 2013 foram adquiridas 5.015.447 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 6.748.347 ADRs, no montante atual de R\$115 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$36.191). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$5,86, US\$7,24 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$13,98 por Unit e US\$5,40 por ADR

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (R\$ Milhões)	Dez/13	ON	PN	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5)}	300	0,7200	0,7921	79,2055
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	650	1,5603	1,7163	171,6337
Dividendos Intermediários ^{(3) (7)}	450	1,0821	1,1904	119,0365
Dividendos Intermediários ^{(4) (8)}	285	0,6862	0,7548	75,4818
Dividendos Intercalares ^{(4) (8)}	715	1,7199	1,8918	189,1847
Total	2.400			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$0,6120 preferenciais - R\$0,6732 e Units - R\$67,3247 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos a partir 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(7) Do valor dos dividendos intermediários, R\$144.473 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R\$305.527 foi imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(8) Os valores dos dividendos intermediários e intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e serão pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Índice de Basileia

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia : Basileia III. Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável, e ainda (v) aprimorar as práticas de gestão e governança de riscos, aumentar a transparência disclosure.

A aplicação das novas regras de Basileia III foi iniciada a partir de 1º de outubro de 2013. Em 31 de outubro de 2013, foi editado um segundo conjunto de regras, que complementam e aprimoram o primeiro grupo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a) Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia, que é apurado de forma consolidada, atingiu 19,2%.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

• Eventos Recentes

Prorrogação do prazo para enquadramento do percentual mínimo de Free Float

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 8 de outubro de 2013 a BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros deferiu os pleitos do Banco Santander e de seus acionistas controladores (i) prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação ("free float") até o dia 7 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou American Depositary Receipts ("ADRs"); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander Espanha, ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão do Banco. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Banco Santander de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa.

Assembleia Geral Extraordinária - AGE

No dia 1 de novembro de 2013 foi realizada AGE, na qual foram deliberados os seguintes temas: (i) proposta de redução do capital social do Banco Santander, sem redução do número de ações, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social do Banco, com a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) proposta de alteração do inciso XIII do artigo 17 do estatuto social do Banco Santander; e (iii) a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; do Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e confirmação da composição do Conselho de Administração.

Implantação do Programa de Reinvestimento de Dividendos (PRD)

No dia 1 de novembro de 2013, foi publicado Aviso aos Acionistas a respeito da implantação do Programa de Reinvestimento de Dividendos (PRD), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no âmbito do Processo SP 2013/0207.

O Programa tem por objetivo proporcionar aos acionistas uma alternativa para o reinvestimento sistemático e organizado de seus dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em ações do Banco Santander.

Exercício de Direito de Permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.À R.L.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que, em 29 de outubro de 2013, a Qatar Holding Luxembourg II S.À R.L. ("QHL") exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2,718 bilhões, adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding LLC recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding LLC até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do free float do Banco Santander.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração do Banco submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6,0 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos¹

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP). De acordo com o comunicado divulgado ao mercado no dia 7 de janeiro de 2014¹ tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units do Banco na data base de 14 de janeiro de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes²

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6,0 bilhões. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal³: US\$1,248 bilhões, equivalente a R\$3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal³: US\$1,248 bilhões, equivalente a R\$3,0 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos os acionistas na subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais.

O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

Bonificação e Grupamento de Ações

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das Units e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

(1) Para maiores detalhes consultar o "Aviso aos Acionistas" de 07 de janeiro de 2014.

(2) Para maiores detalhes consultar o "Aviso aos Acionistas" de 14 de janeiro de 2014.

(3) Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00.

• Estratégia

O Banco Santander, em sua missão, busca ter a preferência dos clientes sendo um banco simples e seguro, eficiente e rentável, que visa constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos. Desta forma, a estratégia do Banco Santander está baseada nos seguintes objetivos:

- Ser o primeiro banco dos clientes intensificando o relacionamento de forma segmentada e gerando satisfação desses clientes com modelos comerciais modernos, simples e eficientes;
- Expandir os principais negócios para o Banco, crescendo a receita de forma sustentável considerando o equilíbrio entre crédito, captação e serviços;
- Manter uma gestão sustentável e eficiente de riscos e gastos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

 BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Promover uma intensa agenda de transformação produtiva acompanhando a transformação da indústria financeira voltada à simplicidade, produtividade e eficiência; e
- Manter a disciplina na gestão do capital e na solidez financeira em cada um dos negócios.

Assim, para melhor atender às necessidades dos clientes do Banco, o Banco Santander lançou em 2013 a Conta Santander Combinada, uma proposta que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades em diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação.

O Banco Santander lançou também em 2013 o segmento “Santander Select”, que é uma nova categoria de serviços financeiros, criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda.

Além dessas ações, o Banco Santander segue incrementando sua atividade comercial. No segmento de cartões o Banco Santander anunciou o acordo para aquisição das operações da GetNet e firmou parceria com a iZettle, que são passos importantes para ampliar sua participação local no segmento de adquirência. No segmento de financiamento de veículos o Banco mantém acordos com a Hyundai, Renault e Nissan.

Ainda em 2013, o Banco Santander inaugurou o novo Data Center em Campinas, maior centro de tecnologia da América Latina. No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Banco Santander segue pautada nos pilares da Inclusão Social e Financeira; Educação e Gestão; e Negócios Socioambientais. É importante mencionar, também, a atuação do Banco Santander no Microcrédito, cujo objetivo é beneficiar pequenos empreendedores que não tem acesso às linhas de crédito convencionais. O programa de microcrédito do Banco Santander já é o maior entre os bancos privados do país. Em 2013, o Banco Santander foi eleito o banco mais sustentável das Américas pelo jornal britânico Financial Times em parceria com o IFC (International Finance Corporation).

Outro aspecto importante da estratégia do Banco Santander é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura, e independência de funding e capital. Ao final de setembro, o Banco anunciou ao mercado um plano de otimização de sua estrutura de capital, visando torná-la mais eficiente. Após a conclusão deste plano, o Banco Santander deverá manter a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil, atendendo não somente às exigências legais atuais, como também às que estão previstas por Basileia III.

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$45.468 milhões em ativos totais, R\$2.764 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos e R\$5.034 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$218 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$30.982 milhões em ativos totais, R\$27.682 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$1.054 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$59 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) atingiu em 31 de dezembro de 2013, R\$658 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$262 milhões. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$61 milhões.

A Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC) atingiu, em 31 de dezembro de 2013, R\$2.637 milhões de ativos totais, R\$723 milhões de carteira em operações de crédito e patrimônio líquido de R\$2.444 milhões. O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$23 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
AGÊNCIA DE RATING						
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB (estável)	F2	BBB (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (negativo)	A-2	BBB (negativo)	A-2	brAAA (negativo)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa2 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating: Fitch Ratings (28 de Maio de 2013); Standard & Poor's (07 de Junho de 2013) e Moody's (03 de Outubro de 2013).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
• Governança Corporativa

Em 23 de outubro de 2013, foi conhecida pelos Conselheiros do Banco a saída do Sr. Luis Felix Cardamone Neto, o qual exercia a função de Diretor Vice-Presidente Executivo, sendo responsável pelos Negócios Imobiliários, Financeira, Empréstimo Consignado, Seguros e Capitalização.

No dia 27 de novembro de 2013, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi ratificada a nomeação da Ouvidora do Banco, Sra. Maria Lúcia Ettore do Vale, em substituição ao Sr. Miguel de Souza Lopes, bem como foi aprovado o Calendário Anual do Banco para 2014.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Orçamento Anual do Banco para o exercício de 2014; bem como os honorários dos Auditores Independentes relativos ao exercício de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de dezembro de 2013, foi eleito como Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco o Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco, o qual ficará responsável pela Vice-Presidência Comercial do Banco, cuja posse está sujeita às aprovações do Bacen, bem como à obtenção do visto permanente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

• Gestão de Riscos
1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e visão cliente. Cada comitê possui determinados poderes e níveis de aprovação, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local. As decisões são colegiadas e definidas através dos comitês de crédito, o que garante o contraste de opiniões.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limite, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito e mercado. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares (estandarizados).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

5. Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente e de sua cadeia de valor verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira dos clientes do Banco Santander. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

6. Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basiléia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando na responsabilidade contínua com a melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, os quais visam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2013 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Auditoria Interna reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do ano de 2013, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2013, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas no plano de trabalho para 2013, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

• Pessoas

Para o Banco Santander, conquistar a preferência de seus clientes é essencial para a valorização da sua principal força: as Pessoas. Os funcionários são o elo mais forte da Organização com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas e processos de gestão para que eles sintam-se cada vez mais motivados e realizem todo o seu potencial.

O Banco Santander busca que seus profissionais se identifiquem com a Organização e compartilhem de seus valores, e acredita que a dedicação de todos é fundamental para consolidar e disseminar seus diferenciais. Por isso, além de oferecer e estimular um ambiente participativo e colaborativo, prepara suas equipes para que tenham possibilidades diversas de desenvolvimento e carreira. Por meio de programas e oportunidades locais e internacionais, permite que suas Pessoas tenham um olhar abrangente de suas oportunidades e desafios.

Os diferenciais do Banco Santander para apoiar suas Pessoas em seu crescimento pessoal e profissional:

- **Oportunidade de Carreira e Reconhecimento:** prepara seus funcionários e estagiários para que tenham possibilidades diversas de crescimento e carreira. Oferece programas de desenvolvimento locais e internacionais, incentivando a mobilidade entre áreas e países. Identifica evolução de cada um por meio de processos de avaliação transparentes e objetivos;
- **Valorização das Pessoas:** valoriza suas Pessoas além da dimensão profissional, reconhecendo também suas necessidades familiares e sociais. Oferece oportunidades e benefícios que olham o indivíduo de forma integral, como o Programa de Apoio Pessoal Especializado (PAPE), além de soluções segmentadas, visando uma vida melhor com a família, no trabalho e na sociedade;
- **Desenvolvimento Contínuo dos Gestores:** os Gestores do Banco Santander são o elo mais forte entre a Organização e seus profissionais. Por isso, contam com programas de desenvolvimento contínuos para garantir que estejam alinhados com a estratégia e o propósito do Banco, e que inspirem e desenvolvam suas equipes para buscar um alto desempenho, com resultados para os acionistas, clientes, funcionários e a sociedade;
- **Incentivo à Inovação:** estímulo para que seus profissionais olhem sempre para a frente, tentando enxergar novos horizontes, para atender o cliente e gerar eficiência. No dia a dia, há compartilhamento das melhores práticas e acredita-se no valor das ideias;
- **Ambiente Participativo e Colaborativo:** há espaço para que as Pessoas questionem, discutam e sugiram novos jeitos de fazer as coisas, de forma participativa e colaborativa, em um ambiente multicultural e com multigerações. Os relacionamentos do Banco Santander são firmados na transparência e na confiança para inspirar o trabalho em equipe e o orgulho. Dessa forma, todos se desenvolvem, as equipes se integram e o Banco Santander inova e evolui; e
- **Fazer parte de uma Empresa de Prestígio:** com uma proposta diferenciada como empregador, uma equipe talentosa com os melhores profissionais do mercado e uma marca cada vez mais forte, o Banco Santander tem muitos motivos para se orgulhar. Tradição internacional, atuação global e reconhecimento local consolidam seus 155 anos de história, 190 mil funcionários no mundo, sendo 50 mil só no Brasil, e mais de 100 milhões de Clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
• Desenvolvimento Sustentável

A estratégia do Banco Santander para sustentabilidade é baseada em três eixos, fundamentais para a agenda de desenvolvimento do país: Inclusão Social e Financeira; Educação; e Negócios Socioambientais. O Santander integra três índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBovespa, e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. A atuação do banco levou ao reconhecimento como o banco mais sustentável do ano na categoria Américas, no prêmio concedido pelo jornal britânico Financial Times, em conjunto com o IFC (International Finance Corporation).

No 4º trimestre de 2013, em linha com as ações voltadas à inclusão financeira, o Banco Santander inaugurou o Posto de Atendimento em Paraisópolis, uma das maiores comunidades de São Paulo que, além de disponibilizar terminais de autoatendimento, terá uma equipe focada no atendimento de microempreendedores da região.

• Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013. Essa Operação gerou ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos.

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

b) Segregação das participações em sociedades que prestam serviços complementares àqueles prestados por instituições financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Banco Santander, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços (“Cisão Parcial”), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;
- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371 milhões, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. (“Santusa”), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente; e
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancaria Brasil (TecBan) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

c) Incorporação da Santander Administradora de Consórcios Ltda (Santander Consórcios) pela Santander Brasil Administradora de Consórcio (Santander Brasil Consórcio)

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios (“Incorporada”) pela Santander Brasil Consórcio (“Incorporadora”) (“Incorporação”) que foi aprovada em Reunião de Sócios da Incorporada e Incorporadora em 31 de julho de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Incorporada para o patrimônio da Incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012 este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

d) Outros Movimentos Societários.

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;
- Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria "B", em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012;
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012 este processo foi homologado pelo Bacen;
- Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors, de 100% do capital social da Idéia Produções;
- Cisão parcial da Webmotors com a redução do seu capital social em 30 de abril de 2013 e consequente constituição de uma nova sociedade nomeada Webcasas S.A.;
- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim, a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$120 milhões referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTY Ltd no seu capital social;
- Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R\$5 bilhões, sem alteração do número de ações;
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R\$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.;

• Outras Informações

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 31 de dezembro de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionadas à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

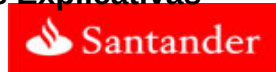
Conforme estabelecido na instrução CVM 381/2003, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 12 de março de 2013 – Contrato para prestação de serviços de identificação de melhorias nos controles internos para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa segundo os critérios IFRS.

São Paulo, 29 de janeiro de 2014

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29/01/2014).

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e dependência no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de janeiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional**Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

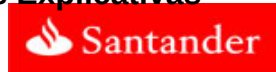
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

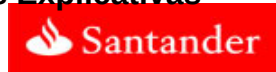
g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam até 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco alterou a apresentação do saldo correspondente aos créditos normais e anormais, onde até 30 de setembro de 2013 todas as operações que resultavam de um processo de renegociação eram apresentadas como créditos anormais. A partir deste trimestre passaram a ser consideradas como créditos anormais somente aquelas operações decorrentes de um processo de renegociação que, na data do balanço, apresentam atraso superior a 15 dias, portanto sendo as demais informadas como créditos normais. Referida alteração produz efeito retrospectivo na apresentação da nota explicativa 8.e, sendo que a mesma não produz efeitos nos balanços patrimoniais ou demonstração do resultado.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

j.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco como entidade patrocinador paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 33. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

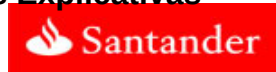
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

Os valores registrados, respectivamente nos grupos de outras obrigações - diversas, no exigível a longo prazo e no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2012, e na demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), homologado pelo Bacen através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011, como consequência da adoção da nova versão do CPC 33 (R1), são:

	31/12/2012					Demonstração do
	Outras Obrigações - Diversas (Nota 20) ⁽¹⁾	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Investimentos ⁽³⁾	Outros Ativos	Créditos Tributários	Resultado ⁽⁴⁾ 01/01 a 31/12/2012
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	1.307.815	-	-	-	-	(192.677)
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	3.903.146	(2.417.855)	(22.811)	(88.596)	1.596.698	33.946
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados	5.210.961	(2.417.855)	(22.811)	(88.596)	1.596.698	(158.731)

(1) Registrado na rubrica "planos de benefícios a funcionários";
(2) Registrado na rubrica "outros ajustes de avaliação patrimonial", conforme previsto no Carta Circular Bacen 3.592 e em "reservas" ;
(3) Ajuste nos investimentos "participações em coligadas e controladas" dos efeitos do CPC 33 sobre o passivo atuarial reconhecido no patrimônio líquido das empresas controladas; e
(4) Registrada na rubrica "despesas de pessoal e outras despesas operacionais", líquido dos efeitos fiscais.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

I) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 21.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

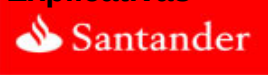
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% , após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander na reunião realizada em 29 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

p) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

q) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	5.290.047	4.653.214	4.458.365
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.513.263	13.648.641	5.444.731
Aplicações no Mercado Aberto	19.659.462	4.273.832	1.377.537
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	369.975	486.036	1.115.424
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.483.826	8.888.773	2.951.770
Total	36.803.310	18.301.855	9.903.096

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2013			31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	31.441.181	1.015.484	-	32.456.665	21.353.662
Posição Bancada	1.825.122	73.721	-	1.898.843	5.492.708
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	65	-	-	65	151.079
Letras do Tesouro Nacional - LTN	992.776	-	-	992.776	1.351.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN	832.281	73.721	-	906.002	3.990.361
Posição Financiada	22.336.418	157.316	-	22.493.734	7.610.166
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	1.999.995
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.197.975	-	-	5.197.975	2.278.840
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.138.443	157.316	-	17.295.759	3.331.331
Posição Vendida	7.279.641	784.447	-	8.064.088	8.250.788
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.528.207	204.187	-	2.732.394	2.866.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.751.434	580.260	-	5.331.694	5.384.236
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.942.712	18.614.405	10.422.310	31.979.427	34.890.182
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.483.826	703	-	11.484.529	9.294.473
Total	45.867.719	19.630.592	10.422.310	75.920.621	65.538.317
Circulante				65.498.311	51.106.876
Longo Prazo				10.422.310	14.431.441

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

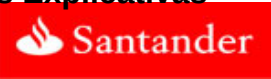
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2013			31/12/2012	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	24.921.562	(342.023)	-	24.579.539	28.953.554
Títulos Públicos	21.731.444	(337.688)	-	21.393.756	26.003.103
Títulos Privados	3.190.118	(4.335)	-	3.185.783	2.950.451
Títulos Disponíveis para Venda	80.348.362	(179.732)	(875.831)	79.292.799	67.079.672
Títulos Públicos	27.650.235	-	(727.823)	26.922.412	20.206.657
Títulos Privados	52.698.127	(179.732)	(148.008)	52.370.387	46.873.015
Títulos Mantidos até o Vencimento	379	-	-	379	809.355
Títulos Públicos	379	-	-	379	809.355
Total de Títulos e Valores Mobiliários	105.270.303	(521.755)	(875.831)	103.872.717	96.842.581
Derivativos (Ativo)	5.921.423	1.287.530	(11.236)	7.197.717	4.732.996
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	111.191.726	765.775	(887.067)	111.070.434	101.575.577
Circulante				33.244.090	37.326.162
Longo Prazo				77.826.344	64.249.415
Derivativos (Passivo)	(4.928.736)	(830.833)	(98.919)	(5.858.488)	(5.110.539)
Circulante				(2.068.878)	(1.763.114)
Longo Prazo				(3.789.610)	(3.347.425)

Notas Explicativas



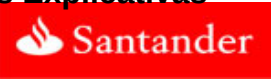
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

			31/12/2013	31/12/2012
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	21.731.444	(337.688)	21.393.756	26.003.103
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	486.054	94	486.148	711.330
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.907.341	(204.188)	11.703.153	11.357.924
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	582.783	(30.372)	552.411	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.076.090	(28.228)	5.047.862	7.212.025
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	31.862	(2.107)	29.755	476.559
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	3.518.115	(68.434)	3.449.681	6.124.988
Títulos da Dívida Agrária - TDA	112.812	(1.109)	111.703	113.068
Títulos da Dívida Externa Brasileira	16.387	(3.344)	13.043	7.209
Títulos Privados	3.190.118	(4.335)	3.185.783	2.950.451
Ações	187.047	5.935	192.982	367.062
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	18.866	-	18.866	24.132
Cotas de Fundos de Investimento	3.453	-	3.453	6.464
Debêntures	2.934.444	(3.360)	2.931.084	2.511.775
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	46.308	(6.910)	39.398	41.018
Total	24.921.562	(342.023)	24.579.539	28.953.554

Notas Explicativas

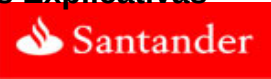


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						31/12/2013
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	1.267.775	2.689.227	11.078.023	6.358.731	21.393.756
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	157.546	126.095	96.416	106.091	486.148
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	655.081	1.023.587	9.202.565	821.920	11.703.153
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	552.411	552.411
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	1.499.465	1.717.240	1.831.157	5.047.862
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	-	29.755	29.755
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	438.139	-	16.767	2.994.775	3.449.681
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	16.363	40.080	43.895	11.365	111.703
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	646	-	1.140	11.257	13.043
Títulos Privados	215.301	-	29.031	72.201	2.869.250	3.185.783
Ações	192.982	-	-	-	-	192.982
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	18.866	-	-	-	-	18.866
Cotas de Fundos de Investimento	3.453	-	-	-	-	3.453
Debêntures	-	-	29.031	41.029	2.861.024	2.931.084
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	31.172	8.226	39.398
Total	215.301	1.267.775	2.718.258	11.150.224	9.227.981	24.579.539

Notas Explicativas



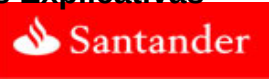
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				31/12/2013	31/12/2012
	Valor do	Ajuste a Mercado Refletido no:			
	Custo		Patrimônio	Valor	Valor
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil
Títulos Públicos	27.650.235	-	(727.823)	26.922.412	20.206.657
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	350	-	183	533	603
Crédito Securitizado	2.115	-	531	2.646	2.762
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	412.720	-	(29)	412.691	3.237.043
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.427.832	-	(121.879)	16.305.953	8.346.593
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	882.223	-	(34.684)	847.539	162.895
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.942.184	-	(49.806)	2.892.378	562.823
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.274.501	-	(72.300)	1.202.201	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	5.148.167	-	(450.217)	4.697.950	7.583.357
Notas Mexicanas	496.520	-	378	496.898	-
Títulos Estaduais e Municipais - CEPAC	-	-	-	-	226.366
Debêntures ⁽³⁾	63.623	-	-	63.623	84.215
Títulos Privados	52.698.127	(179.732)	(148.008)	52.370.387	46.873.015
Ações	954.233	(218.363)	11.200	747.070	417.217
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.445.501	-	-	1.445.501	1.447.841
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	562.469	-	(58.409)	504.060	444.556
Cotas de Fundos de Investimento	439.778	-	-	439.778	137.966
Cotas de Fundos Imobiliários	14.590	-	(1.885)	12.705	27.078
Debêntures ⁽⁴⁾	44.487.248	38.631	(19.266)	44.506.613	41.075.510
Eurobonds	47	-	-	47	202.937
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	2.383.968	-	56.554	2.440.522	962.171
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	20.921	-	(127)	20.794	24.605
Letras Financeiras - LF	1.391.755	-	(78.517)	1.313.238	988.399
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	997.617	-	(57.558)	940.059	1.144.735
Total	80.348.362	(179.732)	(875.831)	79.292.799	67.079.672

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						31/12/2013
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	601.729	670.591	5.508.980	20.141.112	26.922.412
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	533	533
Crédito Securitizado	-	-	-	752	1.894	2.646
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	412.691	-	-	412.691
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.952.533	11.353.420	16.305.953
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.632	-	842.907	847.539
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	22.573	1.719	555.695	2.312.391	2.892.378
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	14.780	-	1.187.421	1.202.201
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	81.968	236.769	-	4.379.213	4.697.950
Notas Mexicanas	-	496.898	-	-	-	496.898
Debêntures ⁽³⁾	-	290	-	-	63.333	63.623
Títulos Privados	2.748.915	535.290	2.119.024	19.442.342	27.524.816	52.370.387
Ações	346.871	-	-	-	400.199	747.070
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	1.445.501	-	-	-	-	1.445.501
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	504.060	-	-	-	-	504.060
Cotas de Fundos de Investimento	439.778	-	-	-	-	439.778
Cotas de Fundos Imobiliários	12.705	-	-	-	-	12.705
Debêntures ⁽⁴⁾	-	240.711	852.256	17.505.766	25.907.880	44.506.613
Eurobonds	-	47	-	-	-	47
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	107.892	388.080	1.470.679	473.871	2.440.522
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	4.447	-	7.416	8.931	20.794
Letras Financeiras - LF	-	141.133	760.008	412.097	-	1.313.238
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	41.060	118.680	46.384	733.935	940.059
Total	2.748.915	1.137.019	2.789.615	24.951.322	47.665.928	79.292.799

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) Durante o quarto trimestre de 2012, foram vendidos R\$7.034.688 de títulos referentes a Notas do Tesouro Nacional (NTN-C e NTN-F) do Banco Santander para a Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), gerando para o Banco Santander um resultado de R\$516.272 líquido dos efeitos tributários.

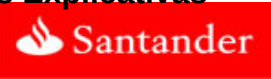
(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Inclui R\$543.197 (31/12/2012 - R\$399.703) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado.

(5) Em 31 de dezembro de 2013, inclui R\$204.096 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa.

(6) Em 31 de dezembro de 2013, inclui a quantidade de 253.518 de Notas do Tesouro Nacional - NTN F, equivalente ao montante de R\$1.202.201, as quais estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

					31/12/2013
					Abertura por Vencimento
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	Valor do Custo		De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total
	31/12/2013	Amortizado/Contábil 31/12/2012			
Títulos Públicos	379	809.355	316	63	379
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	808.374	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	379	981	316	63	379
Total	379	809.355	316	63	379

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$379 (31/12/2012 - R\$1.455.620).

Em junho de 2013, o Banco Santander transferiu um montante de R\$1.352.252 de Notas do Tesouro Nacional - NTN C, da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos disponíveis para venda, com efeito de um ajuste positivo no patrimônio líquido no valor de R\$302.810, líquido dos efeitos tributários, e durante o quarto trimestre de 2012 foi efetuada uma transferência no montante de R\$228.318 para a categoria títulos para negociação.

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.090.206	11.116.635
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.800.753	7.016.653
Resultado de Títulos de Renda Variável	(71.637)	(375.461)
Redução ao Valor Recuperável ⁽¹⁾	(218.363)	-
Outros	266.785	210.009
Total	17.867.744	17.967.836

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos**I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	31/12/2013			31/12/2012		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		667.283	1.657.210		(128.878)	(121.484)
Ativo	185.499.151	17.684.905	18.927.254	111.903.143	15.980.670	16.791.030
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	48.684.752	15.667.136	16.430.599	34.842.508	4.330.806	4.976.512
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	42.757.154	-	-	16.344.817	11.649.864	11.814.518
Indexados em Índices de Preços e Juros	16.519.189	-	-	14.386.596	-	-
Moeda Estrangeira	77.463.284	1.966.918	2.445.764	46.238.783	-	-
Outros	74.772	50.851	50.891	90.439	-	-
Passivo	184.831.868	(17.017.622)	(17.270.044)	112.032.021	(16.109.548)	(16.912.514)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.017.616	-	-	30.511.702	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	58.760.456	(16.003.302)	(16.101.682)	4.694.953	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)	19.509.496	(5.122.900)	(5.512.171)
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	75.496.366	-	-	57.178.415	(10.939.632)	(11.366.283)
Outros	23.921	-	-	137.455	(47.016)	(34.060)
Opções	232.507.300	(121.086)	(175.134)	266.060.934	(94.073)	(159.054)
Compromissos de Compra	110.425.937	349.509	489.481	107.224.375	228.372	297.118
Opções de Compra Dólar	3.815.905	108.122	178.192	1.792.837	44.838	31.993
Opções de Venda Dólar	1.407.427	36.455	39.582	1.748.915	24.039	24.087
Opções de Compra Outras	44.262.606	134.323	180.827	46.244.218	86.364	45.914
Mercado Interfinanceiro	43.304.479	88.525	149.768	45.411.468	51.667	2.289
Outras ⁽²⁾	958.127	45.798	31.059	832.750	34.697	43.625
Opções de Venda Outras	60.939.999	70.609	90.880	57.438.405	73.131	195.124
Mercado Interfinanceiro	57.052.006	43.746	9.022	56.963.540	57.121	185.813
Outras ⁽²⁾	3.887.993	26.863	81.858	474.865	16.010	9.311
Compromissos de Venda	122.081.363	(470.595)	(664.615)	158.836.559	(322.445)	(456.172)
Opções de Compra Dólar	3.507.854	(204.056)	(314.271)	1.453.215	(36.653)	(28.003)
Opções de Venda Dólar	772.847	(16.514)	(20.075)	1.385.098	(14.684)	(6.036)
Opções de Compra Outras	62.950.930	(162.371)	(253.129)	83.389.536	(152.818)	(103.294)
Mercado Interfinanceiro	61.871.607	(106.328)	(214.387)	81.602.615	(68.927)	(4.241)
Outras ⁽²⁾	1.079.323	(56.043)	(38.742)	1.786.921	(83.891)	(99.053)
Opções de Venda Outras	54.849.732	(87.654)	(77.140)	72.608.710	(118.290)	(318.839)
Mercado Interfinanceiro	51.288.888	(44.524)	(12.019)	71.156.608	(64.771)	(272.536)
Outras ⁽²⁾	3.560.844	(43.130)	(65.121)	1.452.102	(53.519)	(46.303)
Contratos de Futuros	123.265.840	-	-	61.247.088	-	-
Posição Comprada	41.555.262	-	-	40.376.893	-	-
Cupom Cambial (DDI)	3.772.361	-	-	2.916.996	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	29.075.039	-	-	30.144.684	-	-
Moeda Estrangeira	8.167.914	-	-	6.576.093	-	-
Índice ⁽³⁾	523.612	-	-	133.917	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	605.203	-	-
Outros	16.336	-	-	-	-	-
Posição Vendida	81.710.578	-	-	20.870.195	-	-
Cupom Cambial (DDI)	30.021.614	-	-	14.091.511	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	10.028.771	-	-	6.556.673	-	-
Moeda Estrangeira	18.179.682	-	-	12.414	-	-
Índice ⁽³⁾	20.401	-	-	17.926	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	191.671	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	23.460.110	-	-	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013			31/12/2012		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Contratos a Termo e Outros	26.300.236	599.647	196.915	22.072.671	166.807	26.569
Compromissos de Compra	14.192.258	(244.380)	(92.406)	11.046.667	(593.458)	197.859
Moedas	13.141.556	(244.380)	(92.406)	11.046.667	(593.458)	197.859
Outros	1.050.702	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	12.107.978	844.027	289.321	11.026.004	760.265	(171.290)
Moedas	11.709.276	844.027	289.321	10.797.139	745.350	(185.614)
Outros	398.702	-	-	228.865	14.915	14.324

(1) Em 31 de dezembro de 2012, inclui derivativos de crédito.

(2) Inclui opções de ações, índices e commodities.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial				
	31/12/2013	31/12/2012			
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	36.552.414	93.847.268	55.099.469	185.499.151	111.903.143
Opções	3.263.388	1.001.540	228.242.372	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	-	-	123.265.840	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	13.619.618	9.257.517	3.423.101	26.300.236	22.072.671

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial				
	31/12/2013	31/12/2012			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	46.109.939	50.593.717	88.795.495	185.499.151	111.903.143
Opções	164.663.028	39.539.634	28.304.638	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	54.359.314	33.626.057	35.280.469	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	11.147.955	6.400.802	8.751.479	26.300.236	22.072.671

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial				
	31/12/2013	31/12/2012			
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
"Swap"	48.944.989	58.500.335	78.053.827	185.499.151	111.903.143
Opções	222.007.293	2.796.722	7.703.285	232.507.300	266.060.934
Contratos de Futuros	123.265.840	-	-	123.265.840	61.247.088
Contratos a Termo e Outros	-	16.156.048	10.144.188	26.300.236	22.072.671

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, no Banco e no Consolidado, o volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido correspondia a R\$607.119 de custo e R\$669.507 de valor de mercado e o consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$3.585.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de “Swap”	25.104	(76.450)	(51.346)	58.851	(145.712)	(86.861)
Ativo	2.035.733	(652.227)	1.383.506	1.294.285	29.543	1.323.828
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	1.206.647	(685.468)	521.179	1.039.229	5.241	1.044.470
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (3) (4) (6)}	498.575	28.638	527.213	255.056	24.302	279.358
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁵⁾	330.511	4.603	335.114	-	-	-
Passivo	(2.010.629)	575.777	(1.434.852)	(1.235.434)	(175.255)	(1.410.689)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽¹⁾	(756.399)	(76.113)	(832.512)	(783.790)	(107.159)	(890.949)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(538.292)	668.433	130.141	(245.530)	(50.678)	(296.208)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽³⁾	(26.824)	(1.651)	(28.475)	(35.076)	(3.062)	(38.138)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	(136.522)	(6.783)	(143.305)	(171.038)	(14.356)	(185.394)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁵⁾	(304.621)	(5.805)	(310.426)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁶⁾	(247.971)	(2.304)	(250.275)	-	-	-
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.698.183	92.664	1.790.847	1.234.161	118.007	1.352.168
Operação de Crédito	1.163.617	54.033	1.217.650	870.491	81.974	952.465
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	647.727	69.780	717.507	661.913	91.351	753.264
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	26.840	373	27.213	35.094	676	35.770
Indexados em Índices de Preços e Juros	104.851	2.104	106.955	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	155.127	(6.948)	148.179	173.484	(10.053)	163.431
Taxa de Juros Pré - Reais	229.072	(11.276)	217.796	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	534.566	38.631	573.197	363.670	36.033	399.703
Passivo	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-
Eurobonds	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$717.507 (31/12/2012 - R\$753.264) e indexados em índices de preços e juros de R\$106.955 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$114.891 (31/12/2012 - R\$133.273).

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$458.306 (31/12/2012 - R\$266.430).

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$27.213 (31/12/2012 - R\$35.770).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$148.179 (31/12/2012 - R\$163.431).

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$335.110.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$217.796.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

				31/12/2013
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(178.261)	(110.155)	(288.416)
Ativo	2.653.360	2.653.360	34.937	2.688.297
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	983.011	983.011	40.109	1.023.120
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	97.135	97.135	6.867	104.002
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	58.043	58.043	1.131	59.174
Indexados em Reais ⁽⁴⁾	1.278.611	1.278.611	(41.887)	1.236.724
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	236.560	236.560	28.717	265.277
Passivo	(2.831.621)	(2.831.621)	(145.092)	(2.976.713)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.627.525)	(2.627.525)	(112.112)	(2.739.637)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	(204.096)	(204.096)	(32.980)	(237.076)
Contratos de Futuros	13.115.676	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	13.115.676	-	-	-

				31/12/2012
	Valor de Referência	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"				
Contratos de “Swap”		(18.867)	(17.846)	(36.713)
Ativo	818.997	818.997	60.173	879.170
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	678.335	678.335	53.619	731.954
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	91.379	91.379	6.584	97.963
Indexados em Moeda Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	49.283	49.283	(30)	49.253
Passivo	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3)}	(837.864)	(837.864)	(78.019)	(915.883)
Contratos de Futuros	34.567.439	-	-	-
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	15.604.576	-	-	-
Taxa de Juros DI1 ⁽⁷⁾	18.962.863	-	-	-

	31/12/2013	31/12/2012
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva		
Ativo	13.111.013	15.538.109
Operações de Crédito - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	12.906.917	15.538.109
Notas Promissórias - NP	204.096	-
Passivo	2.423.571	19.607.312
Eurobonds	2.423.571	820.077
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	18.787.235

(1) Operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014, 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016 (31/12/2012 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2012 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operação com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(5) Operação com vencimento em 10 de abril de 2018, cujo objeto de "hedge" é uma operação de títulos e valores mobiliários representado por nota promissória, classificado na categoria títulos disponíveis para venda.

(6) Operação com vencimento em 31 de janeiro de 2014 (31/12/2012 - operação com vencimento em 31 de janeiro de 2013) e valor atualizado dos instrumentos de R\$12.904.246 (31/12/2012 - R\$15.531.390), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

(7) No primeiro trimestre de 2013, em razão da estratégia de negócios, as estruturas de "hedge" de fluxo de caixa que tinham como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB) foram descontinuadas. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros líquido dos efeitos tributários destacado no patrimônio líquido corresponde a um débito no valor de R\$1.046 e será amortizado até janeiro de 2014, prazo remanescente das coberturas contratadas.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$168.050 (31/12/2012 - R\$258.555) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2013	31/12/2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202.034	1.233.438
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.492.437	3.699.901
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.017.363	3.024.811
Total	5.711.834	7.958.150

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	5.557.061	4.004.090
Prêmios de Opções a Exercer	489.481	297.118
Contratos a Termo e Outros	1.151.175	431.788
Total	7.197.717	4.732.996
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	4.239.613	4.249.148
Prêmios de Opções Lançadas	664.615	456.172
Contratos a Termo e Outros	954.260	405.219
Total	5.858.488	5.110.539

(1) Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basiléia III, divulgadas em 1 de março de 2013, passaram a ser aplicadas em outubro de 2013. Dentre os novos requisitos que já estão em vigor, destaca-se a alteração nos parâmetros para o cálculo do risco referente às exposições em moeda estrangeira, ouro e em ativos sujeitos a variação cambial, conforme descrito na Circular Bacen 3.641/2013; atendendo as exigências estabelecidas na Resolução Bacen 4.193/2013.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais “hedges”. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2013.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.108)	(19.853)	(39.707)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(9.767)	(135.858)	(271.716)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.610)	(9.970)	(19.940)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(160)	(489)	(978)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(8.465)	(211.615)	(423.230)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado	(1.383)	(11.823)	(23.646)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.235)	(14.555)	(29.110)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(3.486)	(87.142)	(174.284)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(994)	(50)	(99)
Total ⁽¹⁾		(32.208)	(491.355)	(982.710)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Cenário 1:** choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).
- Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(30.514)	(854.985)	(1.619.450)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.411)	(253.579)	(434.305)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.703)	(25.295)	(48.941)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(47.114)	(253.798)	(530.827)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(10.316)	(55.043)	(119.343)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(44.938)	(283.314)	(537.036)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.791)	(69.780)	(139.559)
Total ⁽¹⁾		(145.787)	(1.795.794)	(3.429.461)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

- Cenário 1:** choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
- Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Crédito	160.832.895	153.292.914
Empréstimos e Títulos Descontados	95.101.354	97.676.650
Financiamentos	35.404.225	31.603.278
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.031.754	4.384.576
Financiamentos Imobiliários	25.198.820	19.601.192
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	72.115	27.218
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	24.627	-
Operações de Arrendamento Mercantil	6.187	59.816
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	3.487.938	2.354.781
Outros Créditos ⁽²⁾	22.829.930	17.612.703
Total	187.156.950	173.320.214
Circulante	79.056.587	72.831.944
Longo Prazo	108.100.363	100.488.270

- (1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.
- (2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Durante o exercício de 2012, o Banco Santander, por meio de sua subsidiária integral na Espanha, adquiriu do Banco Santander, S.A - Agência de Nova Iorque e Agência de Londres, sob condições comutativas, uma carteira de contratos de financiamento relacionados a operações de exportação e importação contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante total de US\$29 milhões e US\$90 milhões equivalentes a R\$60 milhões e R\$121 milhões respectivamente, ao câmbio dos dias em que houve as operações. Essas transações foram conduzidas em conformidade com a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco, inclusive após o recebimento da aprovação pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o exercício de 2013, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$49.668 (2012 - R\$1.135.213) e estavam registrados substancialmente em empréstimos e títulos descontados. Estas operações estavam classificadas no nível de risco H e o resultado apurado como receita foi de R\$39.524 (2012 - R\$21.380), incluindo a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$ 47.485. Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 24.627 (Nota 24.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente das operações cedidas é de R\$356.109 (31/12/2012 - R\$508.714) (Nota 24.e).

A operação de cessão foi realizada com clausula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	7.456.810	9.846.101
A Vencer:		
Até 3 Meses	30.805.768	27.431.524
De 3 a 12 Meses	48.250.819	45.400.420
Acima de 12 Meses	100.643.553	90.642.169
Total	187.156.950	173.320.214

c) Carteira de Arrendamento

	31/12/2013	31/12/2012
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	6.615	65.562
Arrendamentos a Receber	2.830	26.578
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	3.785	38.984
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.552)	(25.505)
Valores Residuais a Balancear	(3.785)	(38.984)
Imobilizado de Arrendamento	130.235	398.336
Depreciações Acumuladas	(130.235)	(374.451)
Superveniências de Depreciações	77.897	309.243
Credores por Antecipação de Valor Residual	(71.988)	(274.385)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	6.187	59.816

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$428 (31/12/2012 - R\$5.746).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	1.373	3.978
A Vencer:		
Até 1 Ano	5.183	54.725
De 1 a 5 Anos	59	6.859
Total	6.615	65.562

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	1.189	4.222
A Vencer:		
Até 1 Ano	4.959	49.904
De 1 a 5 Anos	39	5.690
Total	6.187	59.816

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado	187.039.801	173.174.258
Indústria	34.657.311	29.571.911
Comércio	21.738.207	21.646.181
Instituições Financeiras	197.173	20.066
Serviços e Outros ⁽¹⁾	52.659.427	48.294.499
Pessoas Físicas	72.755.901	69.257.059
Cartão de Crédito	17.220.696	16.174.379
Crédito Imobiliário	15.702.015	11.812.395
Crédito Consignado	13.718.526	13.547.617
Financiamento e Leasing de Veículos	3.199.709	2.841.063
Outros ⁽²⁾	22.914.955	24.881.605
Agricultura	5.031.782	4.384.542
Setor Público	117.149	145.956
Governo Federal	24	1
Governo Estadual	112.987	139.702
Governo Municipal	4.138	6.253
Total	187.156.950	173.320.214

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					31/12/2013 Provisão
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	56.858.023	-	56.858.023	-	-	-
A	0,5%	80.930.637	-	80.930.637	404.653	306.702	711.355
B	1%	14.474.770	1.582.868	16.057.638	160.576	287.053	447.629
C	3%	9.037.006	3.179.327	12.216.333	366.490	188.585	555.075
D	10%	3.719.299	1.840.663	5.559.962	555.996	-	555.996
E	30%	1.198.021	1.174.647	2.372.668	711.800	-	711.800
F	50%	2.207.466	1.452.961	3.660.427	1.830.214	-	1.830.214
G	70%	740.985	872.651	1.613.636	1.129.545	-	1.129.545
H	100%	2.543.201	5.344.425	7.887.626	7.887.626	-	7.887.626
Total		171.709.408	15.447.542	187.156.950	13.046.900	782.340	13.829.240

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

							31/12/2012 - Ajustado
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão		Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	
AA	-	46.442.016	-	46.442.016	-	-	-
A	0,5%	79.499.827	-	79.499.827	397.499	306.665	704.164
B	1%	13.763.741	2.293.545	16.057.286	160.572	273.016	433.588
C	3%	7.001.575	4.211.811	11.213.386	336.402	-	336.402
D	10%	3.033.813	1.808.317	4.842.130	484.213	-	484.213
E	30%	794.524	1.578.325	2.372.849	711.855	-	711.855
F	50%	1.675.697	1.995.719	3.671.416	1.835.709	-	1.835.709
G	70%	173.982	1.250.903	1.424.885	997.420	-	997.420
H	100%	1.271.929	6.524.490	7.796.419	7.796.419	-	7.796.419
Total		153.657.104	19.663.110	173.320.214	12.720.089	579.681	13.299.770

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.
(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	13.299.770	10.662.794
Constituições Líquidas das Reversões	12.867.590	13.072.319
Baixas	(12.338.120)	(10.435.343)
Saldo Final ⁽¹⁾	13.829.240	13.299.770
Circulante	2.895.583	2.501.262
Longo Prazo	10.933.657	10.798.508
Créditos Recuperados ⁽²⁾	2.313.552	1.551.874

(1) Inclui R\$1.370 (2012 - R\$7.252) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.
(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$10.985 (2012 - R\$232.865).

g) Créditos Renegociados

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Renegociados	14.015.130	10.991.962
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.050.081)	(5.633.351)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,3%	51,2%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	31/12/2013		Consolidado 31/12/2012	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	8.596.046	2,9%	9.399.824	3,4%
10 Maiores	33.179.181	11,0%	31.380.670	11,4%
20 Maiores	46.717.909	15,5%	42.713.428	15,5%
50 Maiores	68.040.877	22,6%	60.053.118	21,8%
100 Maiores	85.299.535	28,3%	74.531.667	27,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresário.
(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	29.991.186	19.012.376
Câmbio Comprado a Liquidar	17.041.069	19.597.683
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(106.151)	(117.647)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	75.848	61.722
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	7.634	-
Total	47.009.586	38.554.134
Circulante	46.418.065	38.349.206
Longo Prazo	591.521	204.928

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013	31/12/2012
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	30.287.728	18.920.118
Obrigações por Compra de Câmbio	16.633.440	19.832.738
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(3.487.938)	(2.354.781)
Outros	395	491
Total	43.433.625	36.398.566
Circulante	42.926.601	36.246.517
Longo Prazo	507.024	152.049
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	785.111	945.555
Créditos de Exportação Confirmados	614.142	353.018

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	202.360	301.003
Caixas de Registro e Liquidação	3.597	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	11.353	12.160
Bolsas - Depósitos em Garantia	1.121.272	7.370
Outros ⁽¹⁾	186.467	583.745
Total	1.525.049	904.278
Circulante	1.521.451	904.278
Longo Prazo	3.598	-
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	498.925	226.204
Credores - Conta Liquidações Pendentes	3.067	55.925
Credores por Empréstimos de Ações	202.063	281.244
Comissões e Corretagens a Pagar	1.857	1.475
Total	705.912	564.848
Circulante	659.005	564.848
Longo Prazo	46.907	-

(1) Inclui o valor de R\$186.467 dos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão (31/12/2012 - R\$530.807).

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.146.471	4.975.366	(2.961.343)	6.160.494
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	577.850	309.240	(285.032)	602.058
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.299.650	784.636	(646.556)	3.437.730
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	995.968	280.869	(549.557)	727.280
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.172.387	-	(173.583)	998.804
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	347.076	193.986	-	541.062
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.787.068	102.194	(930.229)	959.033
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	248.854	355.568	(347.552)	256.870
Outras Provisões Temporárias	1.533.947	832.445	-	2.366.392
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	14.109.271	7.834.304	(5.893.852)	16.049.723
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.465.953	-	(659.163)	806.790
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	16.258.805	7.834.304	(6.553.015)	17.540.094
Créditos não Registrados	(563.697)	-	405.043	(158.654)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	15.695.108	7.834.304	(6.147.972)	17.381.440
Circulante	6.020.627			4.711.337
Longo Prazo	9.674.481			12.670.103

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012 Ajustado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.098.216	5.071.235	(5.022.980)	4.146.471
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	531.309	244.800	(198.259)	577.850
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.613.798	803.532	(117.680)	3.299.650
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.221.829	533.795	(759.656)	995.968
Ágio Amortizado	116.762	-	(116.762)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.674.264	-	(501.877)	1.172.387
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.788	246.288	-	347.076
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	314.938	1.478.231	(6.101)	1.787.068
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	313.422	363.191	(427.759)	248.854
Outras Provisões Temporárias	1.452.661	118.467	(37.181)	1.533.947
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	12.437.987	8.859.539	(7.188.255)	14.109.271
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	329.249	1.136.704	-	1.465.953
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	683.581	-	-	683.581
Total dos Créditos Tributários	13.450.817	9.996.243	(7.188.255)	16.258.805
Créditos não Registrados	(889.053)	-	325.356	(563.697)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	12.561.764	9.996.243	(6.862.899)	15.695.108
Circulante	5.980.796			6.020.627
Longo Prazo	6.580.968			9.674.481

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							31/12/2013
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base		Total	Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%		
2014	2.834.260	1.715.064	67.724	75.624	18.665	4.711.337	4.711.337
2015	1.903.421	1.135.314	67.724	417.016	111.069	3.634.544	3.634.544
2016	3.561.663	2.123.874	11.759	-	-	5.697.296	5.697.296
2017	357.368	210.630	11.759	279.436	176.797	1.035.990	1.035.990
2018	249.929	155.213	11.760	-	210.808	627.710	627.710
2019 a 2021	536.824	321.101	-	-	166.242	1.024.167	1.024.167
2022 a 2023	381.915	268.481	-	-	-	650.396	650.396
2024 a 2026	93.637	30.303	-	34.714	-	158.654	-
Total	9.919.017	5.959.980	170.726	806.790	683.581	17.540.094	17.381.440

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$14.885.656 (31/12/2012 - R\$13.008.571) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$14.811.543 (31/12/2012 - R\$12.724.981), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	12.881.066	11.691.143
Direitos Creditórios	9.660.237	5.580.687
Cédula de Produto Rural (CPR)	181.372	235.419
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.157.559	3.072.467
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.762.154	1.932.400
Outros	523.711	555.362
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 21.i)	816.550	827.471
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.023.236	2.502.900
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	5.578.749	3.759.737
Pagamentos a Ressarcir	445.492	319.332
Adiantamentos Salariais/Outros	57.990	230.280
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	26.525	34.540
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 24.e)	463.830	224.165
Outros	898.187	1.192.341
Total	38.476.658	32.158.244
Circulante	27.953.828	22.820.862
Longo Prazo	10.522.830	9.337.382

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência no exterior (Agência Grand Cayman), convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

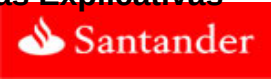
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo	54.417.661	54.205.207
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	54.417.625	54.205.166
Disponibilidades	797.864	158.240
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.991.046	9.878.978
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	22.087.114	23.278.996
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.017.637	18.142.854
Carteira de Câmbio	1.324.896	1.744.631
Outros	1.199.068	1.001.467
Ativo Permanente	36	41
Passivo	54.417.661	54.205.207
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	37.354.531	33.376.847
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	1.899.908	2.307.837
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.131.052	14.760.372
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	13.586.368	12.403.362
Carteira de Câmbio	1.267.148	1.667.876
Outros	2.470.055	2.237.400
Resultados de Exercícios Futuros	2.184	5.213
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	17.060.946	20.823.147
Resultado	1.444.599	1.150.377

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) Em junho de 2013, a Agência Grand Cayman pagou o valor de R\$6,7 bilhões através de dividendos para o Banco Santander.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas

31/12/2013					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,89%	39,89%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ^{(4) (6)}	Holding	3.234	-	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽¹⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços) ⁽⁶⁾					
	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) ⁽¹⁶⁾	Holding	131.583	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2013					
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽³⁾					
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing) ⁽³⁾	Leasing	163	81	-	100,00%
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Ablasa Participações S.A. (Ablasa) ⁽¹⁵⁾	Holding	1.938.026	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços ⁽⁶⁾					
Webcasas S.A. ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Idéia Produções e Design Ltda. - MEC (Idéia Produções) ⁽⁸⁾	Outras Atividades	220	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽²⁾	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽²⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽⁶⁾					
Webmotors S.A. ^{(4) (6) (11) (12)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽⁷⁾	Outras Atividades	781.971	-	-	20,82%
Controladas da Santos Energia					
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A	Eólica	22.613	-	100,00%	100,00%
Central Eólica São Cristóvão S.A	Eólica	40.497	-	100,00%	100,00%
Central Eólica São Jorge S.A.	Eólica	42.810	-	100,00%	100,00%
Coligadas					
BW Guirapá I S.A. ⁽¹³⁾	Holding	155	-	40,57%	40,57%
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2013	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2013	Valor dos Investimentos 31/12/2012 Ajustado 31/12/2013	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2012 01/01 a 31/12/2013
Controladas do Banco Santander				
Santander Leasing ⁽⁹⁾	5.034.417	218.424	3.955.744	8.051.883
RCI Brasil Leasing ⁽³⁾	-	-	-	-
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ⁽¹⁴⁾	-	55.624	-	172.443
Santander Consórcios ⁽⁵⁾	-	-	-	-
Santander Brasil Consórcio	127.038	24.292	127.038	108.036
Banco Bandepe	2.944.279	105.150	2.944.279	3.168.549
Aymoré CFI	1.054.375	58.816	1.054.375	1.117.959
CFI RCI Brasil	1.171.456	229.042	465.151	392.662
CRV DTVM	29.108	4.986	29.108	25.381
Santander CCVM ⁽¹⁷⁾	261.947	60.509	261.947	297.755
Microcrédito	21.392	3.277	21.392	19.064
Santander Brasil Advisory	12.914	806	12.465	12.295
Santander Participações ^{(4) (6)}	1.252.642	84.081	1.252.642	1.199.541
Webmotors S.A. ^{(4) (6) (11) (12)}	-	-	-	-
Santander Getnet ⁽¹⁾	113.866	98.847	56.932	26.636
Sancap	370.459	92.179	348.567	333.744
Santander Serviços ^{(6) (17)}	587.926	189.261	356.597	322.574
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações) ⁽¹⁰⁾	-	(3.390)	-	26.620
Mantiq	6.937	754	6.937	6.503
Santos Energia ⁽¹⁶⁾	82.448	(3.051)	82.448	5.288
Santander Brasil EFC	2.444.438	23.113	2.444.410	2.018.329
Controlada da CFI RCI Brasil ⁽³⁾				
RCI Brasil Leasing ⁽³⁾	700.156	72.941	-	-
Controlada da Sancap				
Santander Capitalização	213.035	85.289	-	-
Ablasa ⁽¹⁵⁾	22.675	225	-	-
Controlada da Santander Serviços ⁽⁶⁾				
Webcasas S.A. ⁽¹¹⁾	23.972	(528)	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2013	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 31/12/2013	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Controlada da Webmotors S.A.						
Idéia Produções ⁽⁸⁾	653	587	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽²⁾	75.192	8.605	10.253	10.285	1.173	1.306
Norchem Participações	48.507	2.450	24.253	23.369	1.225	840
EBP ⁽²⁾	99.773	25.132	11.086	2.726	5.530	2.046
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽⁶⁾						
Webmotors S.A. ^{(4) (6) (11)(12)}	210.012	20.860	-	-	-	-
TecBan ⁽⁷⁾	252.566	60.859	-	-	-	-
Controladas da Santos Energia						
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A	22.215	(173)	-	-	-	-
Central Eólica São Cristóvão S.A	40.029	(243)	-	-	-	-
Central Eólica São Jorge S.A.	42.432	(193)	-	-	-	-
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽¹³⁾	118.817	(14.410)	88.715	-	(6.285)	-
Norchem Holding	124.580	27.367	27.096	22.666	5.952	1.076
Total ⁽¹⁷⁾			13.581.435	17.364.308	967.314	1.571.023

(1) O Banco Santander detém poder de veto em decisões relacionadas a estratégia comercial, além disso, o Banco viabiliza para a Getnet a utilização da rede de agências e a marca do Banco para comercialização de produtos, o que entre outros fatores determina o controle do Banco sob a entidade.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(3) Nas AGEs de 31 de maio de 2012, os acionistas da RCI Brasil Leasing e da CFI RCI Brasil, aprovaram a incorporação da totalidade de ações de emissão da RCI Brasil Leasing ao patrimônio da CFI RCI Brasil na data-base de 31 de março de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil (Nota 35.d).

(4) Em 29 de junho de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Participações no valor de R\$135.000, mediante a emissão de novas ações, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$69.163 em moeda corrente nacional e R\$65.837 mediante a conferência de 366.182.675 mil ações de sua subsidiária integral Webmotors S.A., transferindo o controle para a Santander Participações na data-base de 30 de abril de 2012.

(5) Empresa incorporada pela Santander Brasil Consórcio em 31 de julho de 2012 (Nota 35.c).

(6) Reestruturação societária com o objetivo de segregar os investimentos em participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado (Nota 35.b).

(7) Investimento adquirido em março de 2013 (Nota 35.b).

(8) Investimento adquirido em janeiro de 2013 (Nota 35.d).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (9) O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da AGE da Companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013 (Nota 35.d).
- (10) O Banco Santander aumentou o capital social da MS Participações no valor de R\$40.000 em fevereiro, R\$14.685 em maio, R\$6.000 em julho, R\$41.000 em agosto e R\$3.315 em outubro totalizando um aumento de R\$105.000 no ano de 2013, mediante emissão de novas ações. Em 22 de novembro de 2013 o Banco Santander alienou a participação de 100% da MS Participações relativo a 61.083.484 mil ações para a Capiatl Riesgo Global S.C.R de Regimén Simplificado S.A. (Nota 24.e, 31 e 35.d).
- (11) Em 30 de abril de 2013, a Webmotors S.A. foi cindida parcialmente para a constituição de uma nova sociedade denominada Webcasas S.A. (Nota 35.d).
- (12) Em 28 de junho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Webmotors S.A. no valor de R\$180.000, mediante a emissão de 156.935.435 mil ações representando 30% do total das ações, as quais foram subscritas e integralizadas pela Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales) (Nota 35.d). Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o Banco Santander e a Carsales passaram a compartilhar o controle.
- (13) Em junho de 2013, o Banco Santander subscreveu o valor de R\$95.000 e integralizou R\$50.000 no capital social da BW Guirapá I S.A., e em outubro de 2013 houve integralização no capital social no valor de R\$37.801 sem emissão de novas ações. A Companhia tem por objeto a participação como detentora de 100% do capital social das sociedades controladas: Central Eólica Angelical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamandua Mirim S.A. e Central Eólica Teiu S.A.
- (14) Investimento alienado em 17 de dezembro de 2013 (Nota 24.e, 31 e 35.a).
- (15) Em 24 de outubro de 2013, a Sancap adquiriu junto ao Banco Santander Espanha 50.800 ações ordinárias, sem valor nominal, referente a 100% do capital social da Ablasa. Em 31 de outubro de 2013, foi efetuado um aumento no capital social pela Sancap no valor R\$44.949, mediante a emissão de 1.937.975.272 novas ações ordinárias, sem valor nominal.
- (16) Em 18 de novembro de 2013, foi efetuado aumento de capital no valor de R\$59.000 com emissão de 94.177 ações ordinárias.
- (17) Em 31 de dezembro de 2012, inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2013 Residual	31/12/2012 Residual
Imóveis de Uso	2.028.093	(467.569)	1.560.524	1.627.842
Terrenos ⁽¹⁾	676.126	-	676.126	683.092
Edificações ⁽¹⁾	1.351.967	(467.569)	884.398	944.750
Outras Imobilizações de Uso	9.408.630	(4.492.602)	4.916.028	3.938.298
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso ⁽¹⁾	2.169.236	(902.126)	1.267.110	1.142.929
Sistemas de Processamento de Dados	2.173.960	(1.705.092)	468.868	489.012
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.032.113	(1.329.599)	1.702.514	1.288.268
Sistemas de Segurança e Comunicações	546.975	(320.636)	226.339	216.242
Outras	1.486.346	(235.149)	1.251.197	801.847
Total	11.436.723	(4.960.171)	6.476.552	5.566.140

(1)Em 2013, foram realizadas vendas para o Fundo Imobiliário de terrenos no valor de R\$3.626, edificações de R\$5.748 e instalações no valor de R\$6.576, totalizando o montante de R\$15.950 (Nota 31).

16. Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2013 Líquido	31/12/2012 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.012.090	(16.844.806)	9.167.284	12.804.269
Outros Ativos Intangíveis	6.899.563	(3.235.842)	3.663.721	4.197.188
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.939.598	(2.069.713)	1.869.885	2.137.460
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.797.604	(1.131.781)	1.665.823	1.916.124
Outros	162.361	(34.348)	128.013	143.604
Total	32.911.653	(20.080.648)	12.831.005	17.001.457

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2013 e 2012.

	Banco Comercial	
	2013	2012
Principais Premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em Uso: Fluxos de caixa	
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 anos	10 Anos
Taxa de Crescimento	7,0%	6,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	14,8%	15,0%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

					31/12/2013	31/12/2012
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.908.950	-	-	-	15.908.950	13.680.737
Depósitos de Poupança	33.589.050	-	-	-	33.589.050	26.856.910
Depósitos Interfinanceiros	-	543.977	18.881.117	30.339	19.455.433	32.557.366
Depósitos a Prazo	245.918	18.031.415	12.354.654	50.874.361	81.506.348	82.872.313
Total	49.743.918	18.575.392	31.235.771	50.904.700	150.459.781	155.967.326
Circulante					99.555.081	104.628.175
Longo Prazo					50.904.700	51.339.151

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2013			31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	33.284.501	13.820.533	25.010.361	72.115.395	61.977.204
Títulos Públicos	28.183.921	35.128	-	28.219.049	25.215.393
Títulos de Emissão Própria	4.561.765	11.285.884	22.837.880	38.685.529	-
Outros	538.815	2.499.521	2.172.481	5.210.817	36.761.811
Carteira de Terceiros	22.528.274	-	-	22.528.274	9.146.494
Carteira de Livre Movimentação	7.217.167	561.685	-	7.778.852	8.529.982
Total	63.029.942	14.382.218	25.010.361	102.422.521	79.653.680
Circulante				77.412.160	52.185.328
Longo Prazo				25.010.361	27.468.352

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2013			31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.915.476	19.085.718	18.980.292	46.981.486	38.565.501
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	5.433.711	10.639.465	1.004.239	17.077.415	11.236.842
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	541.584	1.114.818	25.244	1.681.646	2.008.472
Letras Financeiras ⁽³⁾	2.940.181	7.331.435	17.950.809	28.222.425	25.320.187
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.593.681	1.699.950	11.876.089	18.169.720	15.298.438
Eurobonds	4.324.136	1.442.835	10.155.512	15.922.483	13.062.349
Notas de Securitização - MT100 ⁽⁴⁾	269.545	257.115	1.720.577	2.247.237	2.236.089
Total	13.509.157	20.785.668	30.856.381	65.151.206	53.863.939
Circulante				34.294.825	29.557.231
Longo Prazo				30.856.381	24.306.708

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 85,0% a 100,0% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2020.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2013, possuem prazo de vencimento entre 2014 a 2025.

(4) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior.

				Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda			
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	3.210.407	2.806.547
Eurobonds	março-11	março-14	US\$	Libor + 2,1%	2.813.498	2.452.473
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	1.971.183	1.740.005
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	2.005.381	1.741.878
Eurobonds ⁽²⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	1.283.821	-
Eurobonds	março-13	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	786.587	-
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	404.185	343.275
Eurobonds ⁽²⁾	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	395.378	335.749
Eurobonds ⁽²⁾	junho-13	junho-15	CHF	1,1%	332.147	-
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R\$	17,1%	-	333.182
Outras ⁽²⁾					2.719.896	3.309.240
Total					15.922.483	13.062.349

(1) A operação possui fluxo de juros composto: até 17 de abril de 2013 igual a 4,5% a.a., no período de 18 de abril de 2013 a 17 de outubro de 2017 igual a 8,4% a.a. e de 18 de outubro de 2017 a 17 de abril de 2018 igual a 7,0% a.a.

(2) Inclui R\$2.755.718 (31/12/2012 - R\$820.077) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.283.821 indexado em Reais, R\$983.819 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (31/12/2012 - R\$679.025), R\$97.887 em Peso Chileno (31/12/2012 - R\$91.767) e R\$58.044 em luan (31/12/2012 - R\$49.285), e R\$332.147 de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas de Securitização - MT100	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
Série 2008-1	maio-08	março-15	US\$	6,2%	150.645	212.565
Série 2008-2 ⁽²⁾	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 Meses) + 0,8%	940.146	820.758
Série 2009-1	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 Meses) + 2,1%	40.593	69.730
Série 2009-2	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	105.135	103.967
Série 2010-1	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,5%	420.537	513.993
Série 2011-1 ⁽³⁾	maio-11	março-18	US\$	4,2%	237.020	206.758
Série 2011-2 ⁽⁴⁾	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,4%	353.161	308.318
Total					2.247.237	2.236.089

- (1) Encargos pagos semestralmente.
- (2) Principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de março de 2015 (o prazo desta série foi prorrogado por três anos em agosto de 2011).
- (3) Principal será pago em 9 parcelas semestrais a partir de março de 2014.
- (4) Principal será pago em 5 parcelas semestrais a partir de março de 2014.

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Depósitos a Prazo	6.125.897	6.504.220
Depósitos de Poupança	1.736.762	1.491.810
Depósitos Interfinanceiros	1.661.812	4.043.469
Captação no Mercado Aberto	9.349.005	7.817.813
Outros ⁽¹⁾	7.377.861	5.464.558
Total	26.251.337	25.321.870

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2013			31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	15.773	32.857	26.313	74.943	122.284
Obrigações por Empréstimos no Exterior	6.133.595	10.500.810	1.705.872	18.340.277	15.879.094
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	5.081.741	10.216.902	1.647.176	16.945.819	15.018.999
Outras Linhas de Crédito	1.051.854	283.908	58.696	1.394.458	860.095
Obrigações por Repasses do País	884.390	2.707.712	8.164.559	11.756.661	9.384.621
Obrigações por Repasses do Exterior	9.675	9.516	-	19.191	40.764
Total	7.043.433	13.250.895	9.896.744	30.191.072	25.426.763
Circulante				20.294.328	18.562.936
Longo Prazo				9.896.744	6.863.827

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2018 (31/12/2012 - até o ano de 2013) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 14,0% a.a. (31/12/2012 - 0,7% a.a. a 11,4% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros de 1,5% a.a. (31/12/2012 - 1,5% a.a.), acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014 (31/12/2012 - até o ano de 2014).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21.b)	9.377.201	9.636.920
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	810.299	814.160
Passivos Tributários Diferidos	966.068	1.611.893
Impostos e Contribuições a Pagar	323.260	337.250
Total	11.476.828	12.400.223
Circulante	922.926	9.093.831
Longo Prazo	10.553.902	3.306.392

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	840.748	8.258	(8.258)	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	693.259	-	(598.552)	94.707
Superveniência de Arrendamento Mercantil	77.310	-	(57.837)	19.473
Outros	576	10.564	-	11.140
Total	1.611.893	18.822	(664.647)	966.068

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	630.792	209.956	-	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	646.056	47.203	-	693.259
Superveniência de Arrendamento Mercantil	115.144	-	(37.834)	77.310
Outros	11.698	-	(11.122)	576
Total	1.403.690	257.159	(48.956)	1.611.893

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen e integram o Nível II do Patrimônio de Referência para apuração dos limites operacionais, de acordo com a proporcionalidade definida pela Resolução 4.192 de 1 de março de 2013, e alterações promovidas pela Resolução 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					31/12/2013	31/12/2012
	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	3.306.909	3.048.617
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.788.358	1.649.313
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.684.508	1.553.537
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	R\$447 milhões	104,5% CDI	970.794	895.314
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250 milhões	104,5% CDI	508.655	469.107
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283 milhões	CDI ⁽²⁾	101.659	461.792
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268 milhões	IPCA ⁽³⁾	368.401	494.490
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100 milhões	120,5% CDI	176.860	161.101
CDB Subordinado	agosto-07	agosto-13	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	-	524.743
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	-	1.010.620
CDB Subordinado	abril-08	abril-13	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	-	929.321
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-13	R\$300 milhões	104,0% CDI	-	561.379
CDB Subordinado	fevereiro-08	fevereiro-13	R\$85 milhões	IPCA + 7,9%	-	159.817
Total					8.906.144	11.919.151
Circulante					2.370.023	3.727.745
Longo Prazo					6.536.121	8.191.406

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Obrigações com Cartões de Crédito	14.869.681	12.696.600
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21.b)	3.371.356	4.019.530
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 33) ^{(1) (2)}	3.022.274	5.210.961
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽³⁾	277.857	39.217
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 21.i)	6.251	13.311
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.306.415	1.219.567
Despesas Administrativas	195.080	186.300
Outros Pagamentos	161.191	177.992
Credores por Recursos a Liberar	924.632	615.274
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	224.411	176.583
Fornecedores	192.624	209.690
Outras	3.295.733	1.826.094
Total	27.847.505	26.391.119
Circulante	23.180.351	19.062.002
Longo Prazo	4.667.154	7.329.117

- (1) Inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.l.
- (2) A redução do valor em 31 de dezembro de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012, é decorrente basicamente do aumento da taxa de desconto aplicado na atualização dos planos de benefícios e dos ativos dos planos (títulos públicos de longo prazo).
- (3) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$258.420 (31/12/2012 - R\$20.435).

21. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.m).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	9.377.201	9.636.920
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20)	3.371.356	4.019.530
Ações Trabalhistas	1.869.394	2.538.878
Ações Cíveis	1.501.962	1.480.652
Total	12.748.557	13.656.450

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	9.636.920	2.538.878	1.480.652	7.766.647	3.261.334	1.365.778
Constituição Líquida de						
Reversão ⁽¹⁾	707.025	504.108	607.575	1.321.830	956.607	476.833
Atualização Monetária	613.166	198.064	126.316	581.953	220.078	114.827
Baixas por Pagamento ^{(2) (4)}	(1.579.910)	(1.371.656)	(712.581)	(18.414)	(1.880.280)	(495.647)
Outros	-	-	-	(15.096)	(18.861)	18.861
Saldo Final	9.377.201	1.869.394	1.501.962	9.636.920	2.538.878	1.480.652
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	842.500	340.095	112.449	861.597	757.558	111.934
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	34.318	19.653	676	25.732	51.626	4.478
Total dos Depósitos em						
Garantia ⁽³⁾	876.818	359.748	113.125	887.329	809.184	116.412

- (1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
- (2) Em 2012, inclui os pagamentos de processos trabalhistas, referente a iniciativa do Banco de aceleração de acordos, visando diminuir o volume de processos em aberto. Paralelamente a isso, o Banco Santander vem atuando fortemente na prevenção de litígios trabalhistas, com melhorias em controles de jornada, governança na contratação de terceiros, entre outras medidas.
- (3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.
- (4) Em 2013, para as contingências fiscais, inclui a adesão ao programa instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39), (Nota 21.e).

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39).

A adesão ao programa incluiu a ação judicial que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei 9.718/1998 para o Banco ABN Amro Real, sucedido pelo Banco. Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e Cofins ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Banco segue discutindo judicialmente a aplicação da Lei 9.718/1998. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R\$2.029.427, através de pagamento (R\$1.372.627) e da conversão em renda de depósitos em garantia (R\$155.020). Foi registrado no resultado do exercício o ganho líquido dos honorários advocatícios de R\$497.773, antes dos impostos (Notas 28 e 29).

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$7.430.819 (31/12/2012 - R\$7.836.446): o Banco Santander ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$529.518 (31/12/2012 - R\$448.624): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.590 (31/12/2012 - R\$3.519): o Banco Santander ingressou com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

ISS - Instituições Financeiras - R\$523.556 (31/12/2012 - R\$425.204): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$317.736 (31/12/2012 - R\$330.090): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos, e as provisões são reconhecidas com base nas avaliações de perdas pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores médios estatísticos, e na avaliação de êxito segundo avaliação jurídica. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável às circunstâncias de cada caso.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença, decisão essa que ainda não transitou em julgado. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$9,0 bilhões, sendo os principais processos os seguintes:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda depende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos na última instância do CARF. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$604 milhões cada.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra o Banco Santander a respeito da cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e à CSLL dos anos-base de 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador das instituições bancárias sucedidas pelo Banco Santander como reembolso de pagamentos realizados pelo Banco Santander e suas controladas com passivos originados das atividades realizadas por essas instituições quando o ex-controlador ainda mantinha o controle desse grupo.

A Receita Federal entendeu que o valor ressarcido em favor das referidas entidades corresponde a “renda tributável” e não a reembolsos. Em novembro de 2011, o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002, anulando integralmente o auto de infração, tendo sido extinto em fevereiro de 2012 pelo decurso do prazo recursal. Em relação ao período-base 2004, houve nova decisão favorável no CARF, a qual ainda poderá ser objeto de recurso. Os processos relacionados aos exercícios fiscais de 2003 a 2006 estão em andamento. Em 31 de dezembro de 2013, o montante relacionado a essas autuações era de aproximadamente R\$142 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2013, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$595 milhões.

CSLL - Anterioridade - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Em julho de 2012, a ação teve decisão final favorável.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$1.056 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Essa decisão pode ser objeto de recurso. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2013, o valor era de aproximadamente R\$233 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$0,1 bilhão, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$0,5 bilhões.

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$810.299, R\$3.299 e R\$2.952 (31/12/2012 - R\$814.160, R\$10.078 e R\$3.233), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 20) de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	19.030.307	18.705.661	37.735.968	18.079.891	17.841.646	35.921.537
De Domiciliados no Exterior	193.811.425	167.496.724	361.308.149	194.761.841	168.360.739	363.122.580
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em Tesouraria	(1.021.459)	(928.599)	(1.950.058)	(568.882)	(517.166)	(1.086.048)
Total em Circulação	211.820.273	185.273.786	397.094.059	212.272.850	185.685.219	397.958.069

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		31/12/2013		
	Em Milhares	Reais por Milhares de Ações/Units		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (5)}	300.000	0,7200	0,7921	79,2055
Dividendos Intermediários ^{(2) (6)}	650.000	1,5603	1,7163	171,6337
Dividendos Intermediários ^{(3) (7)}	450.000	1,0821	1,1904	119,0365
Dividendos Intermediários ^{(4) (8)}	285.196	0,6862	0,7548	75,4818
Dividendos Intercalares ^{(4) (8)}	714.804	1,7199	1,8918	189,1847
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2013	2.400.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2013, ordinárias - R\$0,6120 preferenciais - R\$0,6732 e Units - R\$67,3247 líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2013.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2013.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2013.
- (5) O valor dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e foram pagos a partir 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dos dividendos intermediários foram imputados integralmente aos dividendos complementares, referente ao exercício de 2013 e foram pagos em 29 de agosto de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (7) Do valor dos dividendos intermediários, R\$144.473 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e o valor de R\$305.527 foi imputado aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 e ambos serão pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (8) O valor dos dividendos intermediários e intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2013 e serão pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

		31/12/2012		
	Em Milhares	Reais por Milhares de Ações/Units		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (7)}	400.000	0,9600	1,0560	105,6001
Dividendos Intermediários ^{(2) (8)}	490.000	1,1763	1,2939	129,3968
Dividendos Intercalares ^{(2) (7)}	410.000	0,9842	1,0827	108,2708
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (7)}	170.000	0,4081	0,4489	44,8927
Dividendos Intermediários ^{(4) (10)}	350.000	0,8402	0,9243	92,4273
Dividendos Intercalares ^{(4) (9)}	150.000	0,3601	0,3961	39,6117
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (9)}	450.000	1,0804	1,1884	118,8399
Dividendos Intercalares ^{(6) (9)}	250.000	0,6002	0,6602	66,0221
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2012	2.670.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2012, ordinárias - R\$0,8160, preferenciais - R\$0,8976 e Units - R\$89,7600, líquidos de impostos.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2012, ordinárias - R\$0,3469, preferenciais - R\$0,3816 e Units - R\$38,1589, líquidos de impostos.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2012.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012.
- (6) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2012, ordinárias - R\$0,9183, preferenciais - R\$1,0101 e Units - R\$101,0139 líquidos de impostos.
- (7) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (8) O valor dos dividendos intermediários foram imputado integralmente aos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 29 de agosto de 2012, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, referentes ao exercício de 2012 e foram pagos em 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (10) O valor dos dividendos intemediários, R\$348.950 foram imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$1.050 foi imputado aos dividendos complementares referentes aos exercício de 2012 e ambos foram pagos em 26 de fevereiro de 2013, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a renovação, por mais um ano, do programa de recompra de certificado de depósito de ações ("Units") que terá início em 24 de agosto de 2013, encerrando-se em 24 de agosto de 2014.

O Programa de Recompra atual tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, em consonância com a Resolução do CMN 3.921, de 25 de novembro de 2010, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo e (3) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas serão utilizadas pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 76.008.403 Units, representativas de 4.180.462.165 ações ordinárias e 3.800.420.150 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman; pela Aymoré CFI e/ou pela Sancap, correspondendo, em 30 de junho de 2013, a aproximadamente 2% da totalidade do capital social do Banco.

Em 2013 foram adquiridas 5.268.000 Units, pagas 2.049.180 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local e vendidas 5.600 ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013 é de 11.823.638 Units (31 de dezembro de 2012 - 8.610.418), equivalente a R\$177.122 (31 de dezembro de 2012 - R\$134.371). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$13,36, R\$15,06 e R\$18,52. Em 2013 foram adquiridas 5.015.447 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 6.748.347 ADRs, no montante atual de R\$114.585 (31 de dezembro de 2012 - R\$36.191). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$5,86, US\$7,24 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$13,98 por Unit e US\$5,40 por ADR

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2013, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em uma perda de R\$716 (31/12/2012 - R\$41), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

23. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. E o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014. O requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pelas Resoluções 4.192/2013 e 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resolução 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelece o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro ⁽¹⁾	
	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Nível I	63.594.727	65.213.301
Capital Principal	63.594.727	
Patrimônio de Referência Nível II	2.701.014	5.069.813
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	66.295.741	70.283.114
Patrimônio de Referência Exigido	37.936.111	37.131.442
Parcela de Risco de Crédito ⁽²⁾	34.199.529	32.409.974
Parcelas de Risco de Mercado ⁽³⁾	2.047.595	2.951.238
Parcela de Risco Operacional	1.688.987	1.770.230
Índice de Basileia Nível I	18,4	-
Índice de Basileia Capital Principal	18,4	-
Índice de Basileia ⁽⁴⁾	19,2	20,8

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram considerados as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013 que revogou a Circular Bacen 3.563/2011. As principais alterações foram nas linhas de crédito imobiliário, com a mudança do ponderador a depender do valor financiado (LTV), crédito consignado com alteração no ponderador de 300% para 150% e a segregação da ponderação de 75% para empresas de grande porte e demais carteiras com alteração do faturamento.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

(4) Não considera os eventuais impactos do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social mencionado na nota 36 de Evento Subsequente.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco Santander, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de fevereiro de 2013, aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2013, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de Abril de 2013.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 33.e).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração Fixa	47.536	46.827
Remuneração Variável	91.306	114.866
Outras	13.555	12.468
Total Benefícios de Curto Prazo	152.397	174.161
Remuneração Baseada em Ações ⁽¹⁾	30.841	34.431
Total Benefícios de Longo Prazo	30.841	34.431
Total ⁽²⁾	183.238	208.592

(1) Em 2 de Maio de 2013, o Banco lançou um novo plano de remuneração baseada em ações para os Executivos (SOP 2013) em consonância com a Resolução CMN 3.921/2010. (Nota 33.e).

(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Em 2013, foi pago aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$3.214 (2012 - R\$6.292) sem considerar os encargos.

Adicionalmente, em 2013, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$28.386 (2012 - R\$46.247).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

- Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:
- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
 - II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
 - III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
 - IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						31/12/2013
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	Total (%)
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)		
		(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	61.350.950	28,8%	51.153.553	27,5%	112.504.503	28,2%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	154.108	0,1%	141.276	0,1%	295.384	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.581.468	23,8%	47.486.627	25,5%	98.068.095	24,6%
Total	211.820.273		185.273.786		397.094.059	
Ações em Tesouraria	1.021.459	0,4%	928.599	0,4%	1.950.058	0,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

						31/12/2012
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	Total (%)
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)		
		(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
GES ⁽¹⁾	61.606.700	28,9%	51.386.053	27,6%	112.992.753	28,3%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
SIH ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	173.703	0,1%	159.213	0,1%	332.916	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	50.758.700	23,8%	47.647.623	25,6%	98.406.323	24,7%
Total	212.272.850		185.685.219		397.958.069	
Ações em Tesouraria	568.882	0,3%	517.166	0,3%	1.086.048	0,3%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Exercício de direito de permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.A R.L.

Em 29 de outubro de 2013, Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l. (QHL), exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2.718.800 adquiridos através do contrato de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador.

Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding LLC (Qatar Holding), entidade controladora de QHL recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implica em aumento do free float do Banco Santander.

d.2) Vendas de ADRs do Banco Santander Espanha e Aumento do "Free Float"

Em 22 de março de 2012, o Santander Espanha informou ao Banco Santander que, em cumprimento ao que estabelece a Instrução CVM 358/2002, e conforme o compromisso firmado de atingir o "free-float" de 25% do capital social do Banco Santander, reduziu a sua participação no capital social do Banco Santander em 5,76%, o que resultou no aumento do "free-float" do Banco Santander para 24,12%, na ocasião. Esta redução de 5,76% (5,66% em ações ordinárias e 5,88% em ações preferenciais) foi resultado das seguintes operações: (i) transferência de 4,41% do capital social do Banco Santander efetuada em janeiro de 2012, (ii) venda de 0,58% do capital social do Banco Santander ocorrida até 22 de março de 2011, e (iii) transferência de 0,77% do capital social do Banco Santander ocorrida em 22 de março de 2012 para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos.

d.3) Prorrogação do Prazo para Atingir o Percentual Mínimo de Ações em Circulação (Free Float) e Redução do Free Float de 25%

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 8 de outubro de 2013 a BM&FBovespa deferiu os pleitos do Banco Santander e de seus acionistas controladores para (i) prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação ("free float"), até o dia 7 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou American Depositary Receipts ("ADRs"); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander, S.A., ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão da Companhia. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander Brasil de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades	189.619	-	81.342	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	188.450	-	80.152	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁵⁾	2	-	51	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁵⁾	1.167	-	1.139	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.006.489	2.857.499	38.262.832	3.902.525
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	28.481.445	2.777.263	29.258.507	3.832.490
Banco Santander Espanha ^{(1) (3)}	10.438.660	15.860	7.939.110	9.871
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	1.086.384	64.373	1.065.215	59.546
Diversos	-	3	-	618
Títulos e Valores Mobiliários	38.647.624	2.880.429	35.767.196	2.816.547
Santander Leasing ⁽⁴⁾	38.647.624	2.880.429	35.767.196	2.816.547
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(190.819)	475.886	(755.678)	(470.024)
Santander Benelux, S.A. ⁽⁵⁾	(91.959)	319.708	(399.110)	81.575
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(127.801)	38.897	-	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(117.683)	(16.120)	(275.310)	(472.744)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁵⁾	(61.885)	4.015	(68.552)	(40.701)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	46.524	15.990	(13.316)	(38.676)
Santander FI Amazonas ⁽⁴⁾	29.370	(4.053)	-	-
Santander Paraty Qif PLC ⁽⁴⁾	(17.157)	-	-	-
Santander FI Diamantina ⁽⁴⁾	149.419	117.454	(9)	(9)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	353	(5)	619	531
Operações de Credito	380.736	879	508.714	-
Cibrasec ⁽⁴⁾	380.736	879	508.714	-
Dividendos e Bonificações a Receber	81.826	385.164	50.814	517.754
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	122.400	-	-
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	-	-	-	10.640
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	-	59.800	-	130.000
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	106.468	-	347.533
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	18.768	19.546	21.407	13.962
CRV DTVM ⁽⁴⁾	-	1.260	-	1.269
Santander Participações ⁽⁴⁾	34.000	40.000	-	-
Sancap ⁽⁴⁾	21.892	-	27.757	-
Santander CCVM ⁽⁴⁾	-	11.600	-	14.350
SB Consórcio ⁽⁴⁾	-	5.290	-	-
Diversos	7.166	18.800	1.650	-
Negociação e Intermediação de Valores	159.343	4.720	489.795	2.563
Santander Benelux ⁽⁵⁾	19.162	195	317.233	452
Abbey National Treasury ⁽⁵⁾	18.998	25	34.024	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	121.183	4.500	138.538	2.111
Carteira de Câmbio - Líquida	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(174.245)	(270.364)	(132.647)	78.299

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	463.830	688.221	224.165	614.604
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	399.045	6.072	134.046	50
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	17.866	206.362	14.674	190.064
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁷⁾	43.865	-	75.445	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	320.631	-	271.829
Santander CCVM ⁽⁴⁾	-	55.840	-	27.719
Santander Leasing ⁽⁴⁾	-	40.478	-	60.837
Diversos	3.054	58.838	-	64.105
Resultado não operacional	-	2.054.999	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾ (Nota 14, 31 e 35.d)	-	47.161	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (Nota 14, 31 e 35.a)	-	2.007.838	-	-
Outros Créditos - Diversos	299.131	51.490	183.243	24.457
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign) ⁽⁴⁾	280.856	-	164.698	-
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	9.107	9.007	17.032	17.509
CFI RCI Brasil ⁽⁶⁾	2	3.041	-	2.529
Santander Capitalização ⁽⁴⁾	364	3.506	1.407	3.302
Santander Paraty ⁽⁴⁾	8.568	30.980	-	-
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	41	1.715	-	843
Diversos	193	3.241	106	274
Depósitos	(19.985.218)	(1.660.951)	(32.630.119)	(4.025.757)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(16.497.439)	(1.381.918)	(28.326.282)	(2.835.439)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.740)	-	(4.887)	(33.562)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	(1.718.368)	(164.447)	(2.932.218)	(1.071.022)
Banco Bandepe ⁽⁴⁾	(544.209)	(54.349)	(721.166)	(62.272)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	(68.783)	-	(29.190)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda ⁽⁷⁾	(27.062)	(701)	-	-
Sancap Investimentos e Participações ⁽⁴⁾	(135.408)	(10.166)	(517)	-
Santander Brasil Asset ⁽⁷⁾	(170.914)	(7.457)	(99.440)	(11.012)
Webmotors S.A. ⁽⁸⁾	(127.790)	(5.515)	(9.074)	(95)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	(258.548)	(19.669)	(239.067)	(5.005)
Diversos	(434.957)	(16.729)	(268.278)	(7.350)
Operações Compromissadas	(23.916.093)	(1.509.611)	(7.125.118)	(480.301)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁵⁾	-	-	-	(1.922)
Santander Brasil Advisory ⁽⁴⁾	(11.233)	(906)	(11.810)	(1.992)
Santander GetNet	(63.085)	(2.443)	-	-
Webmotors S.A. ⁽⁸⁾	(5.477)	(1.604)	(44.730)	(3.927)
Santander Brasil Consórcio ⁽⁴⁾	(47.817)	(5.471)	(97.676)	(14.474)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(2.612)	(631)	-	(3.411)
Produban Informática S.A. ⁽⁵⁾	(223)	(196)	-	(2.034)
Santander FI Amazonas ⁽⁴⁾	(68.715)	(4.119)	-	-
Santander FI Financeira ⁽⁴⁾	(6.881.079)	(521.869)	(6.342.285)	(332.170)
Santander Leasing ⁽⁴⁾	(16.448.458)	(934.543)	-	(68.163)
Bandepe ⁽⁴⁾	(47.290)	(7.538)	(133.309)	(5.413)
Webcasas S.A. ⁽⁴⁾	(20.559)	(1.313)	-	-
Santander CCVM ⁽⁴⁾	(102.114)	(9.899)	(185.653)	(13.112)
Santander Participações ⁽⁴⁾	(54.808)	(8.847)	(293.404)	(27.225)
Santander FI SBAC ⁽⁴⁾	(161.093)	(9.018)	-	-
Diversos	(1.530)	(1.214)	(16.251)	(6.458)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(609.436)	(1.752)	(161.698)	(6.727)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(94.168)	(1.550)	(156.063)	(6.727)
Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito	(500.589)	(202)	-	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁵⁾	(13.986)	-	(5.239)	-
Diversos	(693)	-	(396)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.090.414)	-	(766.086)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽³⁾	(679.045)	-	(529.278)	-
GES ⁽⁵⁾	(410.283)	-	(236.246)	-
SIH ⁽⁵⁾	(721)	-	(562)	-
Diversos	(365)	-	-	-

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a 31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(13.214)	(336.660)	(18.013)	(275.805)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	-	(5.630)	-	(4.631)
Isban Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	(91.040)	-	(90.907)
Produban Serviços de Informatica S.A. ⁽⁵⁾	-	(150.388)	-	(140.217)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda ⁽⁵⁾	-	(14.402)	-	-
Santander Microcrédito S.A. ⁽⁴⁾	(3.293)	(36.345)	(3.006)	(33.195)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(874)	(547)	(2.137)	-
Santander Getnet	(8.944)	(24.863)	(9.240)	-
Diversos	(103)	(13.445)	(3.630)	(6.855)
Despesas com Doações	-	(18.379)	-	(14.227)
Fundação Sudameris	-	(12.000)	-	(10.000)
Fundação Santander	-	(4.103)	-	(3.000)
Instituto Escola Brasil	-	(2.276)	-	(1.227)
Outras Obrigações - Diversas	(2.249.248)	(276.596)	(2.237.497)	(281.504)
Banco Santander Espanha ⁽³⁾	(1.778)	(63.797)	(1.321)	(55.690)
Brazil Foreign ⁽⁴⁾	(2.247.237)	(58.719)	(2.236.089)	(62.399)
TecBan	-	(112.227)	-	(99.739)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁵⁾	-	(22.977)	-	(37.280)
Produban Servicios ⁽⁵⁾	-	(18.317)	-	(19.782)
Diversos	(233)	(559)	(87)	(6.614)

- (1) Em 31 de dezembro de 2013, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 02 de janeiro de 2014 e juros de 0,17 % a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman, junto à filial do Banco Santander Espanha (Nova Iorque).
- (2) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações para a Capital Riesgo Global, SCR de Régimen Simplificado, S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
- (3) Controlador.
- (4) Controlada.
- (5) Controlada pelo Banco Santander Espanha.
- (6) Controlada em Conjunto - Banco Santander.
- (7) Coligada - Banco Santander Espanha.
- (8) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.
- (9) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

25. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Administração de Recursos	973.568	1.057.605
Serviços de Conta Corrente	1.653.097	1.618.893
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	897.851	846.520
Operações de Crédito	543.505	589.159
Rendas de Garantias Prestadas	354.346	257.361
Comissões de Seguros	1.836.514	1.476.823
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.824.656	2.456.099
Cobrança e Arrecadações	810.280	720.550
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	299.728	276.911
Outras	60.099	68.366
Total	9.355.793	8.521.767

26. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Remuneração	3.416.769	3.474.559
Encargos	1.274.143	1.323.591
Benefícios ⁽¹⁾	1.099.334	1.026.482
Treinamento	135.050	140.238
Outras	19.001	16.887
Total	5.944.297	5.981.757

- (1) Em 2012, inclui os ajustes do plano de benefícios a funcionários (adoção da nova versão do CPC 33) conforme mencionado na Nota 3.I.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	5.327.864	5.308.091
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.115.250	1.924.444
Comunicações	589.098	597.218
Processamento de Dados	1.300.519	1.210.872
Propaganda, Promoções e Publicidade	377.865	402.452
Aluguéis	721.723	614.561
Transportes e Viagens	182.324	176.264
Serviços do Sistema Financeiro	318.420	255.408
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	570.267	559.956
Manutenção e Conservação de Bens	188.737	192.433
Água, Energia e Gás	162.159	172.938
Material	98.202	105.423
Outras	259.883	259.381
Total	12.212.311	11.779.441

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$3.636.985 (2012 - R\$3.636.985), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

28. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	1.280.460	1.444.277
Despesa com ISS	343.566	320.153
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	205.066	234.695
Outras ⁽²⁾	638.891	605.241
Total	2.467.983	2.604.366

(1) Em 2013, inclui o valor de R\$62.589 referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 21.e).

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

29. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Atualização de Depósitos Judiciais	257.713	272.695
Atualização de Impostos a Compensar	153.199	75.999
Recuperação de Encargos e Despesas	738.472	659.424
Reversão de Provisões Operacionais ⁽¹⁾	731.499	345.180
Variação Monetária Ativa	350.254	199.669
Dividendos e Bonificações	2.820	8.428
Avaliação do Valor Recuperável	-	592
Outras	326.405	145.280
Total	2.560.362	1.707.267

(1) Em 2013, inclui R\$560.362 referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 21.e).

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 21.c)	132.985	125.092
Trabalhistas (Nota 21.c)	504.108	956.607
Cíveis (Nota 21.c)	607.575	476.833
Outras	1.029.158	471.723
Despesas com Cartão de Crédito	1.342.381	1.152.467
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 33.a)	260.733	175.239
Variação Monetária Passiva	68.538	37.314
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	349.030	-
Despesas Judiciais e Custas	116.965	103.562
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	69.495	64.975
Corretagens e Emolumentos	56.991	52.211
Comissões	102.399	84.211
Outras	934.231	945.764
Total	5.574.589	4.645.998

(1) Em 2013,inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$63.196 e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$285.834. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

31. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	47.303	13.744
Resultado na Alienação de Valores e Bens ⁽²⁾	122.705	354.772
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	96.737	(59.507)
Despesas com Bens não de Uso	(7.064)	(12.500)
Ganhos (Perdas) de Capital	(3.313)	161.197
Outras Receitas (Despesas) ^{(3) (4)}	877.255	(256.217)
Total	1.133.623	201.489

(1) Em 2013, inclui o lucro na alienação da MS Participações no valor de R\$47.161 (Nota 14, 24.e e 35.d).

(2) Em 2013, inclui o valor de R\$121.391 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário Santander Agências. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

(3) Em 2013, inclui R\$985.328 referente à constituição de fundo para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e eficiência.

(4) Em 2013, inclui o valor de R\$2.007.838 referente ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (Nota 14, 24.e e 35.a).

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	283.933	2.984.522
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(888.919)	(907.977)
Juros sobre o Capital Próprio	(300.000)	(1.020.000)
Resultado antes dos Impostos	(904.986)	1.056.545
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		
às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	361.995	(422.619)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	232.599	421.115
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(233.489)	129.751
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.296.778	804.414
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	614.249	283.816
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(41.588)	(71.698)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.230.544	1.144.779

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

33. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander patrocina entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela previdência social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes. Possui também 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdenciais, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999.

Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.594.473)	(321.912)	(353.870)	(1.036.943)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.093.015	530.615	3.090	1.294.039
	(1.501.458)	208.703	(350.780)	257.096
Sendo :				
Superávit	161.336	208.703	-	257.095
Déficit	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	161.336	208.703	-	256.197
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	898
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(1.662.793)	-	(350.780)	-
Contribuições Efetuadas	242.304	-	44.515	231
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(226.162)	(62)	(34.044)	(465)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(949.088)	(10.989)	(140.467)	(684)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(1.421.598)	(35.981)	222	(174.189)

	31/12/2012			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.404.299)	(339.781)	(415.087)	(1.273.782)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.370.193	550.395	3.221	1.560.096
	(3.034.106)	210.614	(411.866)	286.314
Sendo :				
Superávit	133.334	211.317	-	286.314
Déficit	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	133.334	145.093	-	171.172
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	66.224	-	115.142
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(3.167.439)	-	(411.866)	-
Contribuições Efetuadas	135.949	-	42.584	-
Receita (Despesas) Reconhecidas (Nota 30)	(139.302)	-	(35.937)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.432.446)	-	(191.081)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	3.482.436	64.169	287	349.393

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2013			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	102.711	(77.254)	(11.095)	(7.831)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.154.270	81.663	61.771	266.376
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	8.912	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4.256.981	13.321	50.676	258.545
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(2.758.047)	(36.994)	(62)	(309.925)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(2.758.047)	(36.994)	(62)	(309.925)

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)
Banesprev Plano I	12,66
Banesprev Plano II	11,86
Banesprev Plano III	8,66
Banesprev Plano IV	16,70
Banesprev Plano V	9,42
Banesprev Pré-75	10,17
Sanprev I	7,15
Sanprev II	17,87
Bandeprev Básico	10,07
Bandeprev Especial I	7,54
Bandeprev Especial II	7,47
SantanderPrevi	7,63
Meridional	7,27

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelo patrocinador no exercício de 2013 foi de R\$63.714 (2012 - R\$62.975).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com o status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013		31/12/2012	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.842.701)	(487.957)	(6.543.871)	(489.799)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.319.363	138.065	5.341.239	131.793
	(523.338)	(349.892)	(1.202.632)	(358.006)
Sendo :				
Superávit	-	135.470	-	120.758
Déficit	(523.338)	(485.363)	(1.152.892)	(478.764)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	135.470	-	120.758
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 20)	(523.338)	(485.363)	(1.152.892)	(478.764)
Contribuições Efetuadas	46.548	20.701	44.741	69.861
Receita (Despesas) Reconhecidas	(110.519)	(43.103)	(23.759)	(49.467)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(547.963)	(110.923)	(1.241.487)	(126.726)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	593.539	6.509	1.145.960	12.723

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2013	
	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	25.275	(174.911)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.709.194	199.913
Mudanças em Hipóteses Demográficas	7.454	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.741.923	25.002
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.048.400)	18.397
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.048.400)	18.397

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duration (em Anos)
Cabesp	14,03
Lei 9656	41,25
Bandepe	15,08
Plasas	13,67
Clínica Grátis	11,92
Diretores Vitalícios	9,93
Circulares ⁽¹⁾	13,76 e 10,89
Seguro de Vida	9,02

(1) A duration 13,76 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,89 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Instrumentos de Patrimônio	2,10%	2,80%
Instrumentos de Dívida	96,30%	93,40%
Bens Imóveis	0,20%	0,50%
Outros	1,40%	3,30%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2013		31/12/2012	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	11,2%	11,3%	8,7%	9,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	N.D	N.D
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	724.088	(612.260)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em “Units”, onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (“Bônus”), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em “Units”.

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Posição RTA	SOP 2013, PSP 2013	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP' PI14 - PSP ⁽¹⁾		SOP 2014 ⁽²⁾
		% de Ações Passíveis de Exercício		
1°	100%	50%	100%	
2°	75%	35%	75%	
3°	50%	25%	50%	
4°	-	-	25%	

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.
(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binominal	Binominal	Binominal	Binominal
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binominal
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	2 Anos	2 Anos	2,72 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 para o período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$14,07 (31/12/2012 - R\$14,93).
Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$42.976 (2012 - R\$49.485), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e uma despesa de R\$5.169 (2012 - R\$6.110), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$318 como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	Quantidade de Ações	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	29.666.500					
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(698.103)		2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(486.852)		2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Canceladas (PI12 - SOP)	(7.759.571)	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(72.209)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	1.910.000		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(106.226)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.393.163)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2014)	5.855.000	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	25.915.376					
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(971.238)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Exercidas (PI13 - PSP)	(324.760)		2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(86.465)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	31/12/2013
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	31/12/2015
Opções Concedidas (PSP 2013)	2.456.000		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(24.997)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	35.654.230					
Plano SOP	4.903.767	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
PI14 - PSP	1.717.309		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
SOP 2014	15.559.406	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
SOP 2013	11.042.745	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2016
PSP 2013	2.431.003		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	35.654.230					

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários.Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12, o objetivo que determina o numero de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2011	1.670.701				
Opções Exercidas (PI12)	(137.299)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI12)	(403.907)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Opções Canceladas (PI14)	(59.373)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	1.070.122				
Opções Canceladas (PI13)	(14.209)	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Opções Canceladas (PI13)	(676.228)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	379.685				
Plan I14	379.685	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	379.685				

Em 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$3.144 (2012 - R\$5.110), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f.3) Bônus Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$9.763 (2012 - R\$15.942).

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$67.771 (2012 - R\$47.551), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$1.748 como despesas de pessoal.

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas no valor de R\$1.118 (2012- R\$881).

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil segue o modelo do Banco Santander Espanha, que se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Em nossas operações, estamos expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam: o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio do Banco Santander.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração.

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão.

- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;

- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e

- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos e Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do Bacen e visando maximizar a criação de valor para os acionistas.

Do ponto de vista econômico, dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com a finalidade de obter uma maior precisão na gestão de risco e alocação de capital entre diversas unidades do Conglomerado Santander, permitindo uma avaliação de desempenho que considera os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Os planos de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de contingência (securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, etc.) necessário para atingir seus objetivos.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como Low Default Portfólios (Baixa probabilidade de inadimplência). Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista e ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apóiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido principalmente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Conglomerado Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas no Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco, identifica o interesse do banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado FEVE (firmas sob vigilância especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco nos segmentos Atacado e Varejo e reporta diretamente à Vice-Presidência Executiva de Riscos. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Em faixas maiores de atraso e valores mais expressivos, inclusive segmento Atacado, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos ainda mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas estatísticas como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos de clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes, ajustando os esforços de cobrança, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com menor probabilidade de pagamento são classificados como alto risco e recebem ações de cobrança mais intensas.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias. Contatos diários via central de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, envio de cartas de cobrança, além de contatos através da rede de agências são ferramentas utilizadas para a recuperação de crédito. Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias com valores mais expressivos. São utilizadas agências externas e advogados para cobrar os clientes de alto risco. Essas agências recebem uma taxa de sucesso por valor recuperado.

Frequentemente são executados vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Risco Socioambiental

Está em vigor a Prática de Risco Socioambiental do Banco Santander para o Banco de Atacado que, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química e Engenharia de Saúde e Segurança monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto os analistas financeiros do Banco avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

i) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do Índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

Notas Explicativas**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

35. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado.

a) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, Atualmente Desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset (“Operação”), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos.

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim (“Gestora”).

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

b) Segregação das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares Àqueles Prestados por Instituições Financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Conglomerado, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços (“Cisão Parcial”), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;
- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371.000, com a emissão de 113.803.680.982 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. (“Santusa”), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente;
- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade TecBan detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

c) Incorporação da Santander Consórcios pela Santander Brasil Consórcio

Em reuniões realizadas no dia 25 de julho de 2012, as diretorias da Santander Consórcios e da Santander Brasil Consórcio aprovaram e decidiram submeter à aprovação de seus respectivos sócios, a proposta de incorporação da Santander Consórcios (“Incorporada”) pela Santander Brasil Consórcio (“Incorporadora”) (“Incorporação”) que foi aprovada em Reunião de Sócios da incorporada e incorporadora em 31 de julho de 2012.

A Incorporação deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da incorporada para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da incorporação (data da realização da Alteração Contratual) foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora.

Em 30 de novembro de 2012, este processo de incorporação foi homologado pelo Bacen.

d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil.
- Abertura de capital social da sociedade CFI RCI Brasil, na categoria “B”, em 30 de agosto de 2012, cujo registro foi obtido junto à CVM em 27 de novembro de 2012.
- Incorporação da totalidade das ações de emissão da RCI Brasil Leasing pela CFI RCI Brasil, em 31 de maio de 2012, de modo que a RCI Brasil Leasing passou a ser subsidiária integral da CFI RCI Brasil. Em 28 de agosto de 2012, este processo foi homologado pelo Bacen.
- Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da sociedade Idéia Produções.
- Cisão parcial da Webmotors S.A. em 30 de abril de 2013, com a redução do capital social da Webmotors S.A. e consequente constituição de uma nova sociedade, qual seja, Webcasas S.A.

Notas Explicativas
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales no seu capital social.
- Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R\$5 bilhões, sem alteração do número de ações.
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.

36. Evento Subsequente

Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR conta com os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). De acordo com o comunicado divulgado ao mercado no dia 7 de janeiro de 2014¹ tinham direito à Restituição de Recursos todos os detentores de ações ou Units do Banco na data base de 14 de janeiro de 2014, inclusive, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos a partir de 15 de janeiro de 2014. O pagamento aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

Emissão de Notes

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norteamericanos, no valor equivalente a R\$ 6.000.000. A emissão das Notes ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizadas pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal²: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível I serão perpétuas; (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal²: US\$1.247.713 equivalente R\$ 3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: as Notes do Nível II terão vencimento em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: os juros serão pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

As Notes possuem as seguintes principais características comuns: (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 e em múltiplos integrais de US\$1,00 no que exceder tal valor mínimo; (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander (1) após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, por iniciativa própria do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou (2) a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios; (c) Os créditos oriundos das Notes poderão ser conferidos como integralização de aumento de capital social do Banco com a consequente emissão de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Banco, na proporção necessária para compor Units, caso determinados eventos regulatórios definidos na Resolução CMN 4.192/13 sejam verificados, situação na qual o Banco promoverá um aumento do capital social, observado o direito de preferência a todos os acionistas na subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais.

O Banco Santander solicitará aprovação do Bacen para que as Notes passem a compor o Nível I e Nível II do patrimônio de referência.

Bonificação e Grupamento de Ações

Estima-se que o último passo do Plano de Otimização do PR - a bonificação de ações e ajuste na composição das Units e grupamento de ações - deverá ser levado à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014.

(1) Informações relacionadas à US Record Date, à data de pagamento ou qualquer outra informação adicional poderão ser obtidas através do site: www.adr.com.

(2) Valores convertidos à cotação divulgada pelo Bacen em 27 de janeiro de 2014 de R\$2,4044 para US\$1,00

Notas Explicativas



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

37. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$32.342.669 (31/12/2012 - R\$28.571.861).
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$4.404.165 ⁽¹⁾ (31/12/2012 - R\$113.854.284) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$123.936.088 (31/12/2012 - R\$124.854.441) registrados em contas de compensação.
- (1) A redução em relação a 31 de dezembro de 2012 é em decorrência da venda das operações de gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas conforme mencionado na Nota 35.a.
- c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.300.039 e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$224.752, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
- d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2012
Operações Ativas Vinculadas			
Operações de Crédito	406	7.126	1.273
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas			
Depósitos	(402)	(7.126)	(1.327)
Resultado Líquido	4		(54)

- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.
- f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.638.941, sendo R\$687.726 em até 1 ano, R\$1.627.811 entre 1 a 5 anos e R\$323.404 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.239 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no exercício de 2013 foram no valor de R\$714.195 (2012 - R\$620.542).
- Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme clausulas contratuais e legislação em vigor.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES - Data-Base - 31/12/2013**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

a) Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. - CNPJ nº 06.164.067/0001-48 (*)	61.350.949.791	28,82	51.153.553.338	27,47	112.504.503.129	28,19
Sterrebeeck BV - CNPJ nº 09.473.556/0001-70 (*)	99.527.083.105	46,76	86.492.330.355	46,45	186.019.413.460	46,62
Santander Insurance Holding, S.L. - CNPJ nº 10.697.131/0001-23	206.663.606	0,10	22	-	206.663.628	0,05
Ações em Tesouraria	1.021.459.175	0,48	928.599.250	0,50	1.950.058.425	0,49
Outros (**)	50.735.576.077	23,84	47.627.902.186	25,58	98.363.478.263	24,65
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

(**) Inclui membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Funcionários.

Grupo Empresarial Santander, S.L.

CNPJ nº 06.164.067/0001-48

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	468.793.507	99,10	-	-	468.793.507	99,10
Santander Investment, S.A.	2.442.373	0,52	-	-	2.442.373	0,52
Santander Investment I, S.A.	1.787.400	0,38	-	-	1.787.400	0,38
Total	473.023.280	100,00	-	-	473.023.280	100,00

Sterrebeeck BV

CNPJ 09.473.556/0001-70

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00
Total	2.639.306	100,00	-	-	2.639.306	100,00

Santander Insurance Holding, S.L.

CNPJ 10.697.131/0001-23

Data base: 31/12/2013

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Banco Santander, S.A. (*)	38.973.100	99,99	-	-	38.973.100	99,99
Santander AM Holding, S.L.	2.000	0,01	-	-	2.000	0,01
Total	38.975.100	100,00	-	-	38.975.100	100,00

(*) Empresa com sede no exterior.

Banco Santander, S.A.

Data base: 31/12/2013

Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON %	PN %	Total%
Chase Nominees Limited ^{(1) (2)}	5,73	-	5,73
State Street Bank & Trust Company ^{(2) (3) (4)}	6,29	-	6,29
Outros ⁽⁴⁾	87,98	-	87,98
Total	100,00	-	100,00

(1) Empresa com sede no Reino Unido.

(2) Empresa com sede nos Estados Unidos

(3) Sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A.

(4) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria que individualmente não detém mais de 1% ou mais de qualquer classe de ações.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que em 31 de dezembro de 2013 nenhum acionista possuía participações significativas. Ou seja, não há nenhum acionista detentor individualmente de mais de 3% do capital social do Banco Santander, S.A. Conforme mencionado no quadro acima, consta nos registros de participações acionárias do Banco Santander, S.A. as participações de Chase Nominees Limited, de 5,73% e State Street Bank & Trust Company de 6,29% . Entretanto tal participação não é detida individualmente por uma única pessoa, e sim, a participação total dos acionistas representados por esta instituição.

b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação (em unidades)

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2013						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	161.340.446.502	75,80	137.878.383.715	74,05	299.218.830.217	74,98
Administradores						
- Conselho de Administração	5.202.402	-	4.729.450	-	9.931.852	-
- Diretoria	44.292.327	0,02	40.265.752	0,02	84.558.079	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,27
Outros Acionistas	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2012						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	161.340.446.502	75,80	137.878.383.715	74,05	299.218.830.217	74,98
Administradores						
- Conselho de Administração	5.202.402	-	4.729.450	-	9.931.852	-
- Diretoria	44.292.327	0,02	40.265.752	0,02	84.558.079	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	568.882.490	0,27	517.165.900	0,28	1.086.048.390	0,27
Outros Acionistas	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72
Total	212.841.731.754	100,00	186.202.385.151	100,00	399.044.116.905	100,00
Ações em Circulação	50.882.908.033	23,91	47.761.840.334	25,65	98.644.748.367	24,72

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase sobre reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pelo Banco nas demonstrações financeiras, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, os valores correspondentes referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, bem como os saldos em 31 de dezembro de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), homologado pelo Conselho Monetário Nacional através da Resolução nº 4.007, de 25 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de janeiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, a sociedade de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e

regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias, interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março de 2013 e 26 de abril de 2013. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, a partir de leituras de documentos e informações que lhes são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entendem necessários. Reuniu-se, formalmente, em sessenta e sete ocasiões durante o segundo semestre de 2013 e em janeiro de 2014, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são enviados para o Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria se reuniu com o Conselho de Administração em 29 de julho de 2013 e em 29 de janeiro de 2014. Em função da Política para Transações com Partes Relacionadas, avaliou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da venda da totalidade das ações de emissão da Santander Brasil Asset Management DTVM S.A., sociedade controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A., concluída no final do segundo semestre de 2013. Da mesma forma, avaliou e recomendou ao Conselho de Administração, a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander, no âmbito do Plano de Otimização da Estrutura de Capital Social da Companhia, objeto de comunicação ao mercado através de Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013.

Adicionalmente, o Coordenador participa como membro eleito do Comitê de Riscos do Conselho de Administração e como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos Management e do Comitê Executivo de Produtos. O Comitê de Auditoria toma conhecimento dos resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedade de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento do segundo semestre de 2013 e do exercício de 2013, previamente às divulgações, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisará as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (Nyse). O Santander divulgará, em 31 de março de 2014, as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786/2009.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais e Diretoria Executiva de Capital e Controles Internos-SOX, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria verificou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley- SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S.A., relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável e outros representantes da Auditoria Interna em cinco ocasiões durante o segundo semestre e em janeiro de 2014, e, em diversas outras oportunidades, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2013, e verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley- SOX. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se com ela, formalmente, em dez ocasiões no segundo semestre de 2013 e em janeiro de 2014. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2013; práticas contábeis, eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da proposta da Deloitte para realização de trabalhos relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2013. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte, para realização de outros serviços, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. Reuniu-se, ainda, com o sócio da Deloitte para apresentar o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Independente realizada pelo Comitê de Auditoria, conforme regulamentação em vigor.

Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no exercício de 2013, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para fevereiro de 2014.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com a Diretoria de Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) com a Diretoria de Operações e Serviços para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com a Diretoria de Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas e aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro; (v) com a Diretoria de Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital; e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos sobre atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander e, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 29 de janeiro de 2014

Celso Clemente Giacometti

Elídie Palma Bifano

René Luiz Grande – Coordenador

Taiki Hirashima – Especialista Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2013:

Diretor Presidente
Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Carlos Alberto López Galán

Diretores Vice-Presidente Executivos
Carlos Rey de Vicente
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Manoel Marcos Madureira
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodríguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho
Pedro Paulo Longuini

Diretores Executivos
Fernando Díaz Roldán
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto Seiji Nomoto
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jamil Habibe Hannouche
Javier Rodríguez De Colmenares Y Alvarez
Jean Pierre Dupui
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Alberio Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto
Sergio Antonio Borrielo

Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa
Wilson Luiz Matar

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2013:

Diretor Presidente
Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Senior
Conrado Engel
José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Carlos Alberto López Galán

Diretores Vice-Presidente Executivos
Carlos Rey de Vicente
Ignacio Dominguez-Adame Bozzano
João Guilherme de Andrade So Consiglio
Manoel Marcos Madureira
Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodriguez Herrero
Pedro Carlos Araújo Coutinho
Pedro Paulo Longuini

Diretores Executivos
Fernando Díaz Roldán
Jose Alberto Zamorano Hernandez
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Nader Alfaya
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Alberto Seiji Nomoto
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Ede Ilson Viani
Eduardo Müller Borges
Flávio Tavares Valadão
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Jamil Habibe Hannouche
Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez
Jean Pierre Dupui
Luiz Felipe Taunay Ferreira
Mara Regina Lima Alves Garcia
Marcelo Zerbinatti
Marcio Aurelio de Nobrega
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
Mauro Siequeroli
Miguel Angel Albero Ocerin
Nilo Sérgio Silveira Carvalho
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Ramón Sanchez Díez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Sergio Antonio Borrielo
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Vanessa de Souza Lobato Barbosa
Wilson Luiz Matar